
**A INTERNACIONALIZAÇÃO DOS INSTITUTOS POLITÉCNICOS
PORTUGUESES ATRAVÉS DA MOBILIDADE DE ESTUDANTES:
ESTRATÉGIAS, MOTIVAÇÕES E DESAFIOS**

Bruna Bastos Tavares

Dissertação

Mestrado em Economia e Gestão Internacional

Orientado por

Prof. Doutora Maria da Conceição Pereira Ramos

2021/2022

Índice de conteúdos

Índice de figuras.....	iii
Índice de tabelas.....	iv
Índice de gráficos.....	v
Lista de Acrónimos/Siglas	vi
Nota Biográfica.....	vii
Agradecimentos	viii
Resumo	ix
Abstract.....	x
1. Introdução.....	1
2. Revisão de Literatura	3
2.1. Conceitos Chave	3
2.1.1. Globalização vs Internacionalização do ensino superior.....	3
2.1.2. Mobilidade internacional de estudantes.....	6
2.2. A mobilidade académica internacional	8
2.2.1 Fatores que favorecem e inibem a mobilidade	8
2.2.2. Principais benefícios e barreiras da mobilidade.....	9
2.2.3. Determinantes da mobilidade académica internacional	11
2.3. A internacionalização das IES	12
2.3.1. Motivações para a internacionalização.....	13
2.3.2. Estratégias de internacionalização	14
2.3.3. Tipos de internacionalização	16
2.3.4. Desafios à internacionalização	16
2.3.5. Impactos da Internacionalização	17

2.4. Caracterização do ensino superior em Portugal e origem do sistema politécnico português.....	18
3. Metodologia e recolha de dados.....	23
3.1. Instrumentos de recolha de dados	24
3.2. Amostra.....	25
4. Análise dos dados e discussão dos resultados.....	27
4.1. Análise das Entrevistas	27
4.1.1. Políticas e estratégias de internacionalização	27
4.1.2. Motivações à internacionalização	29
4.1.3. Benefícios e impactos na região envolvente	32
4.1.4. Desafios e riscos da internacionalização.....	34
4.1.5. Áreas internacionalizadas e países de origem dos estudantes.....	35
4.2. Discussão dos resultados.....	37
4.2.1. Políticas e estratégias de internacionalização	37
4.2.2. Motivações à internacionalização	38
4.2.3. Benefícios e impactos na região envolvente	39
4.2.4. Desafios e riscos da internacionalização.....	40
5. Conclusão	42
Referências Bibliográficas.....	45
6. Anexos	53
6.1. Anexo 1 – Distribuição dos IP's e Universidades em Portugal.....	53
6.2. Anexo 2 – Guião das Entrevistas.....	54

Índice de figuras

Figura 1: Instituições do Ensino Superior Politécnico Português.....	21
Figura 2: Distribuição de Institutos Politécnicos em Portugal.	25
Figura 3: Principais estratégias de internacionalização adotadas pelos IP's.	28
Figura 4: Motivações dos estudantes para a escolha do IP.	31
Figura 5: Distribuição de Institutos Politécnicos em Portugal.	53
Figura 6: Instituições do Ensino Superior Politécnico Português.....	53

Índice de tabelas

Tabela 1: Distinção entre Globalização e Internacionalização.	6
Tabela 2: Estrutura do guião da entrevista.	24
Tabela 3: Listagem de IPP's respondentes.....	26
Tabela 4: Principais razões para a aposta na internacionalização elencadas pelos entrevistados.....	27
Tabela 5: Motivações para a internacionalização dos IP's.	29
Tabela 6: Caracterização das motivações identificadas pelos IP's.....	30
Tabela 7: Benefícios da internacionalização.	32
Tabela 8: Principais países de origem dos estudantes estrangeiros.	36
Tabela 9: Tendência dos estudantes em permanecerem/regressarem à instituição ou Portugal.	37

Índice de gráficos

Gráfico 1: Alunos matriculados no ensino superior politécnico em Portugal entre 1990 e 2021.	22
Gráfico 2: Motivações para a escolha de Portugal como país de destino da internacionalização.	31
Gráfico 3: Benefícios da internacionalização para as Instituições.	33
Gráfico 4: Benefícios da internacionalização para os estudantes.	33
Gráfico 5: Impactos da internacionalização.	34
Gráfico 6: Áreas mais internacionalizadas.	36

Lista de Acrónimos/Siglas

APEC – Asia-Pacific Economic Cooperation (Cooperação Económica Ásia-Pacífico)

ASEAN – Associação de Nações do Sudeste Asiático

CCISP – Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos

CEEPUS – Central European Exchange Program for University Studies (Programa de Intercâmbio da Europa Central para Estudos Universitários)

CRUP – Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

ECTS – European Credit Transfer and Accumulation System (Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos)

ERAMUS – European Region Action Scheme for the Mobility of University Students (Plano de Ação da Comunidade Europeia para a Mobilidade de Estudantes Universitários)

ESP – Ensino Superior Português

GATS – General Agreement on Trade in Services (Acordo Geral sobre Comércio de Serviços)

IES – Instituição de Ensino Superior

IP – Instituto Politécnico

IPP – Instituto Politécnico Português

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

Nota Biográfica

A Bruna Tavares nasceu em Coimbra, dia 5 de fevereiro de 1999. Atualmente reside na cidade de Aveiro.

Em 2017 ingressou na Universidade de Aveiro, terminando a sua licenciatura em Gestão em 2020. Durante o segundo ano de licenciatura a Bruna integrou diversos projetos na Universidade, destacando-se o Núcleo de Estudantes e a marca de responsabilidade social Sê Humano. No terceiro ano de estudos participou no programa Erasmus + e realizou um semestre na Comenius University em Bratislava. Em 2020, candidatou-se à Faculdade de Economia da Universidade do Porto e inscreveu-se no mestrado em Economia e Gestão Internacional.

Após completar o primeiro ano de mestrado, iniciou a sua carreira profissional na EY (Ernst & Young), onde trabalha a tempo integral como *staff* no departamento de auditoria.

Agradecimentos

É da minha profunda convicção que a presente dissertação nunca teria sido concluída sem o apoio de muitas pessoas.

Em primeiro lugar, gostaria de expressar a minha sincera gratidão à minha orientadora, Professora Doutora Maria Conceição Ramos, pela disponibilidade, apoio e orientação. Os seus conhecimentos foram fundamentais em todos os momentos de pesquisa e redação desta dissertação.

À minha família, que desde o início apoiou todas as minhas decisões e tornaram tudo isso possível.

A todos os meus amigos, por estarem sempre ao meu lado e me fazerem passar por esse processo, pela amizade e incentivo. Nada teria sido possível sem eles.

À EY, a minha atual empregadora, por me dar a oportunidade de conciliar o trabalho e o Mestrado em Economia e Gestão Internacional na Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP).

Resumo

A internacionalização da educação impacta não só as próprias instituições e os estudantes, como também a economia local. No entanto, e apesar da literatura sobre a internacionalização do ensino superior ser vasta, ainda existe escassez de estudos focados exclusivamente nos Institutos Politécnicos e nas estratégias, desafios e motivações subjacentes a este processo. A internacionalização das IES, com especial destaque para os IP's, corrobora a tendência crescente para a globalização do ensino superior, contudo, não estão claras as formas através das quais estas instituições atraem estudantes e docentes estrangeiros, bem como adquirem visibilidade internacional e se posicionam neste vasto mercado que é o ensino superior.

A presente dissertação pretende colmatar esta lacuna, contribuindo para um maior conhecimento acerca da internacionalização dos Institutos Politécnicos Portugueses, tanto ao nível das estratégias de internacionalização utilizadas e das motivações e desafios identificados, como também ao nível do desenvolvimento das atividades económicas que impactam as regiões onde estão localizados. Para o efeito, adotou-se uma estratégia metodológica qualitativa, baseada em entrevistas aos presidentes dos IPP's e responsáveis dos departamentos de mobilidade internacional destas Instituições.

Os principais resultados do estudo mostram que a internacionalização das atividades constitui uma prioridade para todos os Institutos e que as estratégias adotadas são comuns, demonstrando a importância da criação de Instituições cada vez mais dinâmicas e que procuram novos conhecimentos e diversidade cultural. Adicionalmente, as motivações académicas e sociais são as mais valorizadas, seguindo-se razões de ordem económica e, por último, políticas. No que concerne aos desafios, não existe um padrão de resposta, demonstrando as especificidades distintas de cada Instituição, bem como os objetivos traçados. Por fim, a internacionalização do ensino superior, nomeadamente politécnico, produz efeitos benéficos e novas oportunidades para os IPP's e respetivas regiões de acolhimento.

Palavras-chave: Institutos Politécnicos, Instituições de Ensino Superior, Internacionalização, Mobilidade Académica Internacional, Estratégias, Desafios, Motivações, Impactos.

Abstract

The internationalization of education impacts not only the institutions themselves and students, but also the local economy. However, despite the vast literature on the internationalization of higher education, there is still a shortage of studies focused exclusively on Polytechnic Institutes and on the strategies, challenges and motivations underlying this process. The internationalization of HEIs, with special emphasis on PT's, corroborates the growing trend towards the globalization of higher education, however, the ways in which these institutions attract foreign students and professors, as well as acquire international visibility and position themselves in this vast market that is higher education are unclear.

The present dissertation aims to fill this gap, contributing to a greater knowledge about the internationalization of Portuguese Polytechnic Institutes, both in terms of the internationalization strategies used and the motivations and challenges identified, as well as in terms of the development of economic activities that impact the regions where they are located. For this purpose, a qualitative methodological strategy was adopted, based on interviews with the presidents of the PPIs and those responsible for the international mobility departments of these Institutions.

The main results of the study show that the internationalization of activities is a priority for all Institutes and that the strategies adopted are common, demonstrating the importance of creating increasingly dynamic institutions that seek new knowledge and cultural diversity. Additionally, academic and social motivations are the most valued, followed by economic and, finally, political reasons. Regarding the challenges, there is no standard response, demonstrating the different specificities of each Institution, as well as the objectives set. Finally, the internationalization of higher education, namely polytechnic, produces beneficial effects and new opportunities for PPIs and their respective host regions.

Keywords: Polytechnic Institutes, Higher Education Institutions, Internationalization, International Academic Mobility, Strategies, Challenges, Motivations, Impacts.

1. Introdução

O século 21 é caracterizado pelo aumento constante dos níveis de globalização e de internacionalização mundiais, com efeitos repercutidos nas Instituições de Ensino Superior (IES). Apesar dos conceitos de globalização e internacionalização do ensino superior se relacionarem, não podem ser considerados iguais. Por um lado, e de acordo com Altbach e Knight (2007), a globalização contempla o contexto económico e as tendências académicas, isto é, este conceito abrange os âmbitos político, social, económico e cultural e o modo como as diversas sociedades e nações do mundo se aproximam. Por outro lado, estes autores referem que a internacionalização inclui as políticas e práticas realizadas por instituições e sistemas académicos para competir com o ambiente académico global.

Partindo desta perspetiva é perceptível que a internacionalização é e será cada vez mais importante a todos os níveis, nomeadamente ao nível da educação. Este processo envolve o intercâmbio de atividades educacionais e de pesquisa entre universidades e instituições de diversos países, permitindo-lhes competir entre si para atrair estudantes internacionais (Velooso & Fernandes, 2017). A internacionalização da educação impacta não só a economia local, através de desenvolvimento de *networks* locais, criação de emprego e desenvolvimento de competências e qualificações (Boucher *et al.*, 2003), como também as próprias instituições, permitindo transferências de conhecimentos, melhoria de qualidade e aumento reputacional.

O sistema educativo português é um sistema binário que engloba, por um lado, instituições universitárias e, por outro, institutos politécnicos (IP's). Para as instituições pertencentes ao ensino politécnico, destacar-se neste vasto mercado é um enorme desafio (Oliveira *et al.*, 2019), e, por este motivo, a aposta na internacionalização das suas atividades, docentes e estudantes é crucial para ganharem vantagem competitiva. A internacionalização das IES, com especial destaque para os IP's, corrobora a tendência crescente para a globalização do ensino superior, sendo que estas instituições têm reforçado o recrutamento de alunos a nível internacional, bem como as qualificações do seu *staff* e a internacionalização das atividades de investigação.

Deste modo, a investigação deste estudo centra-se na internacionalização do ensino superior, particularmente dos Institutos Politécnicos de Portugal (IPP) e as estratégias utilizadas por estes para atraírem estudantes internacionais. Uma vez que muitos dos IPP's se situam em cidades médias, mais pequenas e com menor movimentação é pertinente

estudar como a mobilidade académica internacional, nomeadamente a chegada de estudantes estrangeiros a Portugal, impacta a própria instituição e as principais estratégias, motivações e desafios identificados.

Cada IES possui determinadas especificidades, adotando diferentes estratégias consoante os seus objetivos. Por este motivo, e apesar de vários estudos se focarem nas estratégias, desafios e razões para a internacionalização das IES, do qual são exemplos Guerreiro (2015), Catroga (2010) e Veloso e Fernandes (2017), ainda existe pouca evidência focada exclusivamente nos Institutos Politécnicos. Adicionalmente é também visível uma escassez de estudos que meçam os efeitos que as diferentes estratégias adotadas poderão ter nas próprias instituições, estudantes e docentes, sendo pertinente analisar este tópico.

Deste modo, o principal objetivo do presente estudo é contribuir para um maior conhecimento acerca da internacionalização dos Institutos Politécnicos Portugueses, tanto ao nível das estratégias de internacionalização utilizadas e das motivações e desafios identificados, como também na forma como as regiões nas quais estão localizados influenciam o processo. Adicionalmente tem como finalidade investigar se os cursos mais técnicos destas instituições promovem o desenvolvimento das atividades económicas, isto é, se após o período de mobilidade dos estudantes estrangeiros terminar, estes ficam em Portugal a trabalhar ou se regressam ao seu país de origem. Por fim, fornecerá e analisará dados relacionados com a internacionalização dos estudantes, nomeadamente os principais países de origem destes e as áreas de estudo mais internacionalizadas.

O presente estudo está estruturado da seguinte forma. Na Secção 2, apresenta-se a revisão da literatura sobre a internacionalização dos Institutos Politécnicos Portugueses, abordando os principais conceitos, a mobilidade académica internacional, as motivações, estratégias, tipos, desafios e impactos da internacionalização do ensino superior em Portugal e o sistema politécnico português. Na Secção 3, apresenta-se a introdução da parte metodológica, que integra a contextualização da análise e as fontes utilizadas. Na Secção 4 analisa-se e discute-se criticamente as evidências empíricas analisadas, procurando dar resposta às questões de investigação, à luz do enquadramento traçado e da literatura existente sobre o mesmo. Por último, a Secção 5, visa sumarizar e complementar as conclusões já retiradas na secção anterior e, simultaneamente, refletir sobre as limitações da pesquisa e sugestões de estudos futuros.

2. Revisão de Literatura

2.1. Conceitos Chave

Dado que o presente estudo se focará na internacionalização dos Institutos Politécnicos Portugueses e nas diferentes estratégias utilizadas por estes para atrair estudantes internacionais é essencial delimitar e explicitar alguns conceitos relacionados com estes tópicos de investigação. Deste modo, serão desenvolvidos os conceitos de globalização e internacionalização do ensino superior e mobilidade internacional de estudantes com base na literatura existente.

2.1.1. Globalização vs Internacionalização do ensino superior

A complexidade do termo “internacionalização” leva a que seja confundido, sobretudo, com vocábulos como internacionalismo, internacionalidade, educação internacional, europeização e globalização (Catroga, 2010). De acordo com De Wit (2002), um dos principais problemas da internacionalização do ensino superior é a diversidade de termos relacionados. O mesmo conceito poderá adquirir vários significados quando aplicado em diferentes contextos e utilizado por diferentes pessoas, gerando-se uma grande diversidade de termos e interpretações atribuídas a esta palavra (De Wit & Knight, 1999). Adicionalmente, este termo é interdisciplinar, utilizado em diferentes análises, especialmente as relacionadas com as ciências da educação e as teorias da internacionalização (Catroga, 2010).

Existe um vasto número de termos que podem ser confundidos com internacionalização, sendo o principal o conceito de globalização, descrito de diferentes formas por diferentes autores. Segundo Altbach e Knight (2007), a globalização é definida como as forças económicas, políticas e sociais que impulsionam o ensino superior em direção a um maior envolvimento internacional, englobando este conceito o contexto económico e as tendências académicas que são parte da realidade do século 21. Este fenómeno compreende as tecnologias da informação, a utilização de uma linguagem comum na comunicação científica e os imperativos da procura massificada da sociedade por ensino superior e pessoas educadas (Altbach, 2006). Para Knight e De Wit (1997) a globalização é “o fluxo de tecnologia, economia, conhecimento, pessoas, valores, ideias... além-fronteiras e afeta cada país de modo diferente como consequência da história, tradições, cultura e prioridades de cada nação” (p.6). Alguns autores, como Scott (2000), referem que a

globalização é um dos maiores desafios que a Universidade enfrentou e enfrenta ao longo da sua história, no entanto o seu impacto é difícil de estimar.

O desenvolvimento tecnológico e das comunicações, a maior mobilidade internacional de mão de obra, a crescente liberalização económica e comercial, o foco na sociedade do conhecimento, o aumento dos níveis de investimento privado e a diminuição do apoio à educação são fatores que demonstram que o mundo do ensino superior se está a alterar. Por esse motivo, também a internacionalização do ensino superior se está a tornar cada vez mais importante e complexa (Knight, 2004).

No mundo atual o conceito de Internacionalização do Ensino Superior tornou-se globalizado, sendo necessário considerar-se o seu impacto nas políticas à medida que os diversos países do mundo e tipos de instituições se envolvem neste processo (De Wit, 2020). Adicionalmente e dado que, atualmente, a internacionalização se tornou um dos principais agentes da mudança no ensino superior, não só no mundo desenvolvido mas também nas sociedades emergentes e em desenvolvimento, este autor refere que as organizações internacionais como a OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico), a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e o Banco Mundial, governos nacionais, a União Europeia e as organizações do ensino superior colocaram a internacionalização no topo do plano de reformas.

A internacionalização do ensino superior é uma das formas através das quais os países respondem ao impacto da globalização (De Wit & Knight, 1999 e Friesen, 2013). Inicialmente, este conceito surgiu em associação a algumas atividades das Instituições de Ensino Superior, desenvolvimento de projetos, admissão de estudantes estrangeiros e acordos académicos e culturais (Catroga, 2010), refletindo-se na definição de Arum e Water (1992) que descrevem o termo como “atividades múltiplas, programas e serviços, no âmbito dos estudos internacionais, educação internacional e cooperação técnica”. Em meados da década de 1990 Knight (1994) introduziu uma abordagem organizacional, cujo objetivo era demonstrar que a internacionalização era um processo a integrar e manter ao nível institucional, descrevendo este conceito como “um processo de integração de uma dimensão internacional ou intercultural nas funções de ensino, de investigação e nos serviços da instituição”. Anos mais tarde o autor complementou a definição, descrevendo a internacionalização como “o processo de integração de uma dimensão internacional, intercultural ou global no propósito, funções ou oferta de ensino pós-secundário” (Knight,

2004). Os termos “propósito”, “função” e “oferta” foram incluídos na definição por serem mais genéricos que os anteriormente utilizados (“ensino”, “investigação” e “serviços”), englobando o nível setorial, institucional e os diversos indivíduos nas áreas da educação pós-secundária (Knight, 2004). Uma década depois, De Wit *et al.* (2015) desenvolveram o conceito anterior incorporando novas perspectivas, e descrevendo-o como o “processo de integração de uma dimensão internacional, intercultural ou global no propósito, funções e oferta da educação pós-secundária, a fim de melhorar a qualidade da educação e da pesquisa para todos os alunos e funcionários e dar um contributo significativo para a sociedade”. Também Altbach (2006) refletiu sobre o conceito de internacionalização, relacionando-o com as políticas e programas específicos realizados por governos, instituições académicas e departamentos individuais para apoiar o intercâmbio de estudantes ou docentes, incentivar a pesquisa colaborativa no exterior e estabelecer programas de ensino noutros países.

Apesar da internacionalização responder ao fenómeno da globalização é essencial que permaneça o respeito pela individualidade e heterogeneidade de cada nação (Guerreiro, 2015). Deste modo, a OCDE (1999) define este conceito como “uma forma de resposta ao impacto da globalização respeitando, simultaneamente, a individualidade de cada nação”. Hénard *et al.* (2012) referem que a internacionalização é um meio que impulsiona a mudança e ajuda a gerar as competências necessárias no século 21, estimulando a inovação e, ao mesmo tempo, promovendo a criação de emprego.

É igualmente importante definir o vocábulo de europeização e regionalização. De acordo com Teichler (2004), na Europa existem três termos utilizados para caracterizar o processo de internacionalização do ensino superior, nomeadamente, os conceitos já explicitados de internacionalização e globalização e um novo, a europeização. Apesar de se assemelharem, cada um dos termos caracteriza o processo de diferentes formas, utilizando diferentes perspectivas. Deste modo, a europeização pode ser descrita como uma forma de internacionalização ou globalização regional, ou seja, implica que as relações académicas estabelecidas na Europa (entre países europeus) difiram das estabelecidas entre a Europa e o resto do mundo. Esta ideia é baseada em pressupostos culturais, dado que existe um maior contraste cultural no exterior da Europa, e sociais, uma vez que existirão maiores oportunidades de comunicação, cooperação, integração e comunidade entre países europeus. A regionalização, segundo De Wit (2002), atribui um carácter regional à globalização, relacionando-se com a standardização e homogeneização de normas, regulamentos

estruturas e sistemas. Os principais exemplos do fenómeno da europeização e regionalização ao longo das últimas décadas são o programa “Erasmus” que é consequência da mobilidade horizontal e da cooperação e o “processo de Bolonha”, resultado da normalização dos programas e graus de ensino (Teichler, 2004; Ramos, 2014). No entanto e apesar das oportunidades que este fenómeno despoletou ao longo dos últimos anos, existem autores que defendem que a europeização limitou o processo de internacionalização das universidades, dado que os estudantes foram incentivados a realizar programas de mobilidade académica apenas em países europeus (por haver melhores acordos e maior facilidade) e não noutros países do mundo (Teichler, 1998).

Por forma a sintetizar os conceitos de globalização e internacionalização descritos, Pipia (2017) elaborou uma tabela na qual distingue os mesmos, estando esta apresentada na tabela 1.

Tabela 1: Distinção entre Globalização e Internacionalização.

	Características		Resultado
Globalização	A aceleração da circulação de pessoas, ideias, conhecimento, capital, bens e serviços através das fronteiras nacionais	O processo pelo qual diferentes culturas e nações se tornam homogêneas.	Concorrência, transferência comercial de conhecimento.
Internacionalização	A resposta das instituições de ensino ao processo de globalização.	O maior grau de internalização resulta no maior grau de globalização e vice-versa.	Mobilidade física, cooperação académica e transferência de conhecimento académico.

Fonte: Elaboração própria com base em Pipia (2017).

2.1.2. Mobilidade internacional de estudantes

A mobilidade internacional de estudantes é um dos principais mecanismos através do quais é possível ocorrer internacionalização, sendo uma forma fundamental de capital profissional e de identidade no mercado de trabalho académico (Morley *et al.*, 2018). Adicionalmente é também um dos mais importantes indicadores da internacionalização do ensino superior (Woodfiel, 2012). O avanço das tecnologias da informação, que permitiu conectar as comunidades académicas em todo o mundo, e o inglês, enquanto língua franca para a comunicação científica, possibilitaram o crescimento da mobilidade internacional de estudantes, docentes e funcionários ao longo da última década (Forest & Altbach, 2006).

A UNESCO (2011) define um estudante internacionalmente móvel como uma pessoa que deixa o seu país de origem, movendo-se para o exterior, com o objetivo de estudar. De acordo com Pípia (2017), existem duas categorias de mobilidade internacional de estudantes, a correspondente ao período integral (diploma) e a de curta duração (para créditos). A mobilidade de período integral requer a realização do ciclo de estudos completo no estrangeiro, estabelecendo-se um acordo entre o aluno e a universidade e havendo posterior reconhecimento através de um diploma. Já a mobilidade de curto-prazo é assegurada pelos programas de intercâmbio existentes nas Instituições de Ensino Superior, através dos quais o estudante se desloca para o exterior durante um período determinado de tempo e recebe os créditos correspondentes. Atualmente, as universidades possuem programas que contribuem para a mobilidade regional e internacional de estudantes e professores, incluindo os programas ERASMUS+ e CEEPUS e *Norway Grants* na Europa, Mercosul nas Américas e ASEAN e APEC nas regiões da Ásia e Pacífico (Forest & Altbach, 2006).

Segundo Teichler (2009), a mobilidade pode ainda ser caracterizada em “vertical” e “horizontal”, dependendo do país de origem e destino do estudante. Quando o aluno se desloca de um país em desenvolvimento para um desenvolvido para estudar, o autor considera que ocorreu mobilidade vertical. Esta forma de mobilidade possui um problema subjacente, a ameaça de fuga dos “cérebros”, uma vez que a deslocação para o estrangeiro de estudantes qualificados destes países pode dificultar o crescimento e desenvolvimento do mesmo (Spring, 2009; Ramos, 2014). Por outro lado, caso o estudante se mova de um país desenvolvido para outro igualmente desenvolvido a mobilidade será horizontal.

Ao longo das últimas décadas tem-se assistido à expansão das atividades internacionais das universidades, tanto em volume como alcance e complexidade. Estas atividades constituem tanto os tradicionais programas de estudo no estrangeiro, permitindo aos estudantes o contacto com novas culturas, como o acesso ao ensino superior em países nos quais as instituições não conseguem responder à procura (Altbach & Knight, 2007). Deste modo, a mobilidade internacional estudantil é um importante canal de chegada de alunos qualificados às IES portuguesas, sendo fundamental para as instituições, particularmente os Institutos Politécnicos, investirem em estratégias e práticas que atraiam o maior número de estudantes possível.

2.2. A mobilidade académica internacional

Com o duplo objetivo de ajudar à construção de uma identidade europeia e de internacionalizar o sistema de ensino superior em Portugal e no mundo, surgiu em 1987 o Erasmus (Vale *et al.*, 2018). Este programa financia as IES para que os seus estudantes, docentes e não docentes tenham a oportunidade de realizar mobilidade de estudos ou estágios numa outra instituição de um Estado Membro. O Erasmus esteve na base da implementação do Processo de Bolonha em 2000, tendo este contribuído para harmonizar os diferentes sistemas de ensino superior, conferindo-lhes coerência em toda a Europa (Cunha & Santos, 2017) e estabelecendo o European Credit Transfer System (ECTS) de forma a integrar nos planos de estudo a formação e creditação obtida em mobilidade internacional (Vale *et al.*, 2018).

Segundo Vale *et al.* (2018), as universidades investem mais em mobilidade de estudos e os Institutos Politécnicos em realização de estágios, corroborando a valorização da formação mais articulada com o mercado de trabalho destas instituições. Além do mais, os IP's caracterizam-se também pela maior mobilidade de pessoal docente e não docente.

No entanto, e tal como mencionado anteriormente no estudo, a mobilidade internacional de estudantes não ocorre apenas através do programa Erasmus (ou semelhantes), podendo ser de período integral (diploma).

2.2.1 Fatores que favorecem e inibem a mobilidade

De acordo com Albien e Mashatola (2021) existem dois fatores facilitadores da mobilidade académica internacional: o desejo do estudante em adquirir vantagem competitiva face aos seus colegas e o capital intelectual. O primeiro fator mencionado, descrito por Findlay *et al.* (2012), relaciona-se com a procura dos estudantes por oportunidades de mobilidade internacionais que lhes permitam frequentar universidades de alto status e assim obter distinção no mercado internacional do trabalho, diferenciando-se (e adquirindo vantagem) dos seus pares. Segundo os autores, a realização de mobilidade é descrita como “um marcador de identidade distinto” e os estudantes acreditam que tal lhes poderá ajudar a ganhar vantagem face aos seus colegas quando chegar o momento de escolha de carreira. O segundo fator é o ganho de capital intelectual impulsionado pela mobilidade internacional, sendo este também descrito por Li *et al.* (2020) como migração intelectual. O

capital internacional pressupõe a existência de uma rede de relações pessoais e profissionais localizada no país de destino, elevadas qualificações académicas e proficiência linguística.

Adicionalmente, estudos como o desenvolvido por Beine *et al.* (2013), mencionam que fatores como a distância física entre os países, a proficiência no idioma do país anfitrião, os laços coloniais existentes e a existência de uma rede no país de acolhimento poderão atuar como facilitadores ou inibidores da mobilidade académica internacional. Anos mais tarde, Hou e Du (2020) corroboram o estudo de Beine *et al.* (2014) referindo que o contexto cultural e a semelhança no idioma facilitam a mobilidade, diminuindo a distância psicológica e a incerteza. Todos estes fatores estarão dependentes do país de origem dos estudantes e da existência, ou não, de laços comerciais e históricos entre os países.

Para Perez-Encinas *et al.* (2020) existem certas necessidades, identificadas pelos estudantes internacionais, quando estes se deslocam para o exterior para estudar, no entanto estas necessidades diferem consoante o tipo de mobilidade, isto é, período integral (diploma) e curta duração (crédito). As principais necessidades identificadas pelos estudantes que realizam mobilidade de curta duração são essencialmente sociais, enfatizando a importância das conexões estabelecidas no exterior e a experiência de socialização e aculturação vivenciada na cidade e universidade. As necessidades académicas e de custo de vida aparecem em segundo plano. Por outro lado, os estudantes que realizam mobilidade de período integral ou graduação identificam as questões académicas, as perspetivas de carreira e os serviços de ajuda financeira para pagar os seus estudos como as suas necessidades principais. Contrariamente aos estudantes de mobilidade “de crédito”, a vida social aparece em último lugar. Deste modo, é perceptível que os estudantes internacionais que procuram a obtenção de um diploma possuem necessidades bastante distintas, ou até opostas, das dos estudantes que se deslocam apenas um semestre para o exterior.

2.2.2. Principais benefícios e barreiras da mobilidade

2.2.2.1. Para o país de acolhimento e origem

A mobilidade internacional de estudantes possuiu vantagens para o país de acolhimento/ destino e para o país de origem. De acordo com Riaño *et al.* (2018) as principais vantagens identificadas pelos países de acolhimento da mobilidade são os benefícios financeiros, um aumento do número de trabalhadores qualificados e a melhoria das relações

diplomáticas entre os países. Biene *et al.* (2014), referem ainda que os valores mais elevados de propinas pagos pelos estudantes e a difusão de normas culturais, económicas e políticas no exterior são vantagens identificadas pelos países de destino. Relativamente aos países de origem, estes consideram que a mobilidade internacional de estudantes é um meio através do qual indivíduos talentosos se podem qualificar em instituições prestigiadas localizadas noutros países (Findlay, 2011). No entanto, e tal como mencionado anteriormente, uma das desvantagens associadas à mobilidade é a ameaça de fuga dos “cérebros”, uma vez que a deslocação para o estrangeiro de estudantes qualificados pode dificultar o crescimento e desenvolvimento do mesmo (Spring, 2009).

2.2.2.2. Para os estudantes

Existem inúmeras vantagens da mobilidade académica internacional para os estudantes, desde a aquisição de conhecimentos e competências que aumentam as probabilidades de empregabilidade no mercado internacional (Vale *et al.*, 2018), ao impacto positivo sobre o emprego e tipo de trabalho realizado pelos alunos (Albien, 2019). Segundo King *et al.* (2010) existem cinco benefícios principais para os estudantes: o impacto positivo no rendimento; o uso contínuo do idioma do país de acolhimento; o nível de satisfação com o emprego; a capacidade de usar o conhecimento do país de destino profissionalmente; e as viagens profissionais. Adicionalmente, a mobilidade contribui para o desenvolvimento de redes de contacto pessoais e profissionais, possuindo estas efeitos positivos na progressão da carreira (Vale *et al.*, 2018).

Por outro lado, a mobilidade internacional não engloba apenas aspetos positivos, compreendendo também fatores inibidores ou barreiras. O baixo valor das bolsas, a elevada procura em determinadas áreas de estudo (Vale *et al.*, 2018), o custo inerente de se viver deslocado, a obrigatoriedade de pagamento de propinas na IES nacional (Guerreiro, 2015), a dependência parental, económica e emocional (Andrade & Costa, 2014), a dificuldade em encontrar alojamento, a não compreensão dos procedimentos administrativos e as diferentes taxas de câmbio (Albien & Mashatola, 2021) foram algumas barreiras identificadas.

2.2.2.3. Para as instituições

A mobilidade académica internacional proporciona visibilidade e projeção às IES, estejam estas localizadas em Portugal ou não. Adicionalmente, as instituições possuem ainda a oportunidade de estabelecerem redes e parcerias com outras instituições de ensino, o que é essencial para o desenvolvimento de projetos de investigação e de programas de ensino e formação (Vale *et al.*, 2018). Deste modo, a mobilidade beneficia as IES e, tal como mencionado por estes autores (p. 14), “fomenta a cooperação estratégica, a participação em consórcios e projetos de investigação internacionais e a criação de programas de formação avançada interinstitucionais e multilaterais”. Adicionalmente, determinadas instituições não conseguem competir com a elevada oferta do país, recorrendo à internacionalização por forma a atrair estudantes.

Relativamente às principais barreiras da mobilidade para as instituições, Guerreiro (2015) identifica a falta de apoio por parte da gestão de topo, a resistência do *staff* e pessoal docente em adaptar as suas aulas e a falta de financiamento.

2.2.3. Determinantes da mobilidade académica internacional

De acordo com o estudo realizado por Albien e Mashatola (2021) existem quatro determinantes da mobilidade internacional de estudantes. O primeiro relaciona-se com o custo dos programas de ensino, sendo um país tanto mais atrativo quanto menor for o custo da educação. O segundo determinante é o custo financeiro e de vida do país de destino da mobilidade, sendo os alunos cada vez mais motivados a inscreverem-se numa instituição inserida num país com um custo de vida acessível. Em terceiro encontram-se os traços sociopolíticos e os fluxos comerciais entre o país de origem e o anfitrião. Fatores como a distância geográfica, as relações comerciais, as conexões políticas, as diferenças de idioma, as ligações coloniais históricas, os níveis de desenvolvimento económico e a qualidade da educação são determinantes na escolha do país de destino. O último determinante da mobilidade é a procura dos estudantes por um ensino de qualidade, que lhes possibilite o desenvolvimento de novas capacidades e aquisição de conhecimento.

2.3. A internacionalização das IES

A internacionalização da educação não é um processo recente e existem alguns sinais deste quando analisadas as atividades das universidades de Oxford, Paris e Bolonha nos séculos XIII e XVII. No entanto, devido ao desenvolvimento das sociedades e da sua crescente globalização, a internacionalização recebeu um impulso, tornando-se uma reação às mudanças sociais e económicas globais (Sharipov, 2020). De acordo com Sharipov (2020), a internacionalização do ensino superior é atualmente percecionada como uma das principais tendências que determinam os fundamentos de valor do funcionamento das universidades modernas. A formação de competências globais é um dos objetivos do ensino superior e pode assumir diversas formas (Brustein, 2007). Inicialmente este processo relacionava-se com a mobilidade académica e a troca de conhecimentos e ideias, atualmente e segundo Jong e Teekens (2003, p. 44), é entendido como “a soma total de medidas institucionais pró-ativas para melhorar e facilitar a complexidade de processos que criam uma comunidade académica verdadeiramente internacional que prepara os alunos para trabalhar num ambiente de trabalho e vida globalizado”.

Com as crescentes pressões da globalização e no quadro das políticas educativas da União Europeia das últimas décadas também as IES portuguesas sofreram um intenso processo de internacionalização (Coelho & Ribeiro, 2018). Os crescentes números da produção e divulgação do conhecimento científico e da investigação, o aumento da mobilidade internacional de alunos e docentes e a cooperação académica entre instituições foram alguns dos fenómenos resultantes da intensificação do processo (Mourato, 2014).

Por forma a responder às exigências da implementação do processo de Bolonha, pressão da União Europeia para a promoção de um Espaço Europeu do Ensino Superior e à necessidade de aumentar o número de estudantes matriculados em IES portuguesas para combater a crise económica e demográfica, Portugal investiu na internacionalização das suas IES (França *et al.*, 2018). Segundo o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) existem seis dimensões principais da internacionalização, sendo estas, a mobilidade de estudantes, docentes e não docentes, a atração de estudantes estrangeiros, o recrutamento de docentes e investigadores com graus obtidos em IES estrangeiras, a criação de programas conferentes de graus em associação, a colaboração em projetos científicos internacionais e, por fim, a colaboração em publicações científicas (Vale *et al.*, 2018).

O ensino politécnico português tem seguido as tendências da internacionalização e os programas de intercâmbio no ensino superior envolvem a mobilidade de alunos, professores e pessoal não docente em mais de 60 países. O sistema politécnico é fortemente caracterizado pela cultura de *networking* (capacidade de estabelecer uma rede de contactos), isto é, pela estratégia voltada para a criação de parcerias e acordos com outros institutos, benéficos para ambas as partes. Por este motivo, o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP) integra diversas redes internacionais representativas do ensino superior politécnico (Vale *et al.*, 2018). Ao longo as últimas décadas e dada a aposta no recrutamento de estudantes internacionais por parte destes institutos, está a ocorrer uma mudança interna nas próprias instituições (Mourato, 2019).

2.3.1. Motivações para a internacionalização

Tanto os estudantes como as próprias instituições beneficiam da internacionalização do ensino superior e, por esta razão, são motivados a envolverem-se neste processo.

Para os estudantes e de acordo com Cunha e Santos (2017) os motivos para estudar no estrangeiro são vários, no entanto existem três que se destacam na literatura portuguesa, nomeadamente o conhecimento de uma nova cultura, a aquisição de experiência profissional e o aperfeiçoamento das competências académicas e linguísticas. Para Jibeen e Khan (2015) a mobilidade internacional permite que os estudantes se transfiram para um novo ambiente no qual podem estender as conexões entre o ambiente local em que vivem e o ambiente global. Adicionalmente facilita o desenvolvimento de “características internacionais”, tais como a mentalidade internacional e mais aberta, melhoria das competências linguísticas, flexibilidade de pensamento e respeito pelos outros, importantes para a economia mundial (Chan & Dimmock, 2008). As motivações são hierarquizadas de forma diferente de estudante para estudante, sendo que, por exemplo, os alunos de países nórdicos priorizam a questão cultural face às questões académicas, enquanto os alunos de países mediterrâneos consideram o oposto (Cunha & Santos, 2017).

Para as instituições, as motivações encontram-se divididas em quatro categorias, podendo ser económicas, académicas, sociais e/ou políticas. Segundo Altbach e Knight (2007), ganhar dinheiro é um dos principais motivos para o desenvolvimento de projetos de internacionalização, tanto para IES com fins lucrativos como sem fins lucrativos. A maioria das instituições tende a estabelecer parcerias com outras IES internacionais ou até mesmo

entrar no mercado internacional através da aquisição de instituições já existentes. Por esta razão, os motivos económicos são priorizados, dado que permitem fazer face aos elevados investimentos efetuados. Relativamente às motivações académicas estas relacionam-se com os benefícios resultantes das parcerias internacionais. Assim, para as IES, criar redes no exterior permite-lhes melhorar a qualidade dos seus programas académicos, internacionalizar as suas atividades e aumentar o reconhecimento no exterior (Ho, 2017). Adicionalmente, o acesso a conhecimentos internacionais também possibilita a obtenção de resultados de pesquisas que são aplicáveis no estrangeiro (Brandenburg & De Wit, 2015). As motivações sociais incluem a vontade das instituições em aprenderem e partilharem a cultura e estrutura de outras sociedades. As IES, ao acederem a currículos externos, conseguem desenvolver mais cursos e programas académicos, aumentando o número de inscrições (Harrison, 2015). Segundo Zen (2017), quando as instituições se envolvem em parcerias socioculturais criam novos programas, diretamente relevantes para a comunidade envolvente, aumentando o número de matriculados nesses cursos desenvolvidos. Por fim, as motivações políticas relacionam-se com a imagem pública, estatuto e vantagens competitivas no ambiente educacional (Magne, 2014). Assim, o objetivo principal é adquirir prestígio internacional e de acordo com Prickarts (2017) as instituições utilizam as parcerias internacionais para melhorarem a perceção pública e se posicionarem no mercado com o status público desejado.

2.3.2. Estratégias de internacionalização

A internacionalização do ensino superior e de acordo com Robson (2011) exigiu uma abordagem holística, isto é, a adoção de uma nova atitude por parte das IES. Para que estas consigam competir é necessário o desenvolvimento de diversas estratégias que lhes permita incorporar uma atitude internacional em todas as suas áreas de atuação. A gestão estratégica e implementação de políticas de internacionalização e parcerias internacionais devem ser desenvolvidas tendo em consideração as políticas criadas pela instituição e a forma como estas são incorporadas para atingir os objetivos (Chang & Lin, 2018). A gestão executiva deve, assim, criar as estratégias necessárias para garantir que as políticas são implementadas e os seus resultados mensuráveis (De Wit, 2011).

Ao longo das últimas décadas vários autores debruçaram-se sobre este tema, apresentando cada vez mais opções estratégicas que as IES podem adotar ou já adotaram.

Segundo o estudo realizado por Knight e De Wit (1995) o termo “estratégia” caracteriza as iniciativas das instituições com o objetivo de integrar uma dimensão internacional na investigação, ensino, serviços e gestão. Os autores dividiram as atividades das IES em dois grandes grupos. Dentro do primeiro encontram-se as estratégias programáticas, isto é, o conjunto de atividades e serviços das instituições que incorporam uma dimensão internacional. Estas estratégias mensuram as políticas de internacionalização através das atividades académicas desenvolvidas, como os programas de intercâmbio de estudantes internacionais e a internacionalização do currículo (Stafford & Taylor, 2016). Assim, os programas académicos, a colaboração na investigação e no ensino, a assistência técnica e a transferência de conhecimentos são alguns exemplos destas estratégias. Adicionalmente, o desenvolvimento de relações externas com organizações não governamentais, grupos comunitários e organismos internacionais são também estratégias programáticas (Garrett, 2005). O segundo grupo engloba as estratégias organizacionais que constituem todas as iniciativas que visam assegurar que a dimensão internacional das atividades é institucionalizada e assegurada pelo desenvolvimento de políticas e sistemas de gestão. Esta estratégia é liderada pela gestão executiva da IES, estabelecendo uma missão de internacionalização alcançável, bem como uma visão e um plano (Yesufu, 2018). A conversão das estratégias de internacionalização em atividades operacionais permite que a gestão executiva envolva todos os seus funcionários no processo (Chang & Lin, 2018). As estratégias organizacionais são fundamentais para dar suporte ao processo de internacionalização uma vez que todos os setores da instituição colaboram (Gao *et al.*, 2015).

A mobilidade e atração de estudantes e docentes, a cooperação para o desenvolvimento regional e institucional, o aumento da transferência de conhecimento científico e tecnológico, o desenvolvimento curricular e a colaboração para o ensino e investigação são estratégias de internacionalização adotadas pelas IES (Siufi, 2009). Para Guerreiro (2015) destaca-se ainda a criação de um ambiente internacional no campus, como iniciativas de boas-vindas, e a adoção de diplomas conjuntos enquanto estratégias aplicadas nas instituições. Por fim, o aproveitamento da era digital como meio para a difusão de conteúdos é uma tática de internacionalização que as IES devem utilizar. Para Vieira *et al.* (2014) a integração gradual de ferramentas tecnológicas no ensino superior permitirá aumentar a qualidade da formação prestada, eficiência dos processos e atrair mais estudantes internacionais.

2.3.3. Tipos de internacionalização

A internacionalização do ensino superior encontra-se dividida em duas categorias interdependentes, a internacionalização em casa (*Internationalization at Home*) e a educação transfronteiriça (*Crossborder Education*) (Knight, 2012).

Para Beelen e Jones (2015) a internacionalização em casa é definida como a “integração das dimensões internacionais e interculturais no currículo formal e informal para todos os alunos em ambientes de aprendizagem domésticos”. Este conceito foi desenvolvido para destacar as estratégias baseadas no campus, isto é, na própria instituição, tendo como principal objetivo criar um ambiente culturalmente diverso e mais interconectado para os alunos que não possuem a oportunidade ou desejo de se deslocar para o exterior. Segundo Knight (2012) as *in-house strategies* podem incluir a dimensão internacional nos processos de ensino, investigação, atividades extracurriculares, integração de estudantes estrangeiros e relações com grupos locais da comunidade cultural e étnica.

A educação transfronteiriça, por outro lado, relaciona-se ao movimento de pessoas, programas, políticas, conhecimentos, ideias, projetos e serviços através das fronteiras nacionais (Knight, 2012). Este tipo de educação implica, assim, a mobilidade de estudantes e professores através das fronteiras nacionais e é um exemplo visível da globalização do ensino superior (Varghese, 2008). A internacionalização da educação, na qual se inclui a educação transfronteiriça e a educação transnacional, ganhou importância nos últimos anos (OCDE, 2004), tornando-se uma atividade orientada para o mercado e um tópico incluído nas negociações comerciais no âmbito do GATS (Knight, 2002).

2.3.4. Desafios à internacionalização

A internacionalização do ensino superior é um processo que envolve riscos e desafios para as IES, especialmente para as menos desenvolvidas, e, por este motivo, ao longo das últimas décadas inúmeros estudos se têm focado neste tema. Para as instituições, a complexidade da resolução dos desafios inerentes à internacionalização do ensino é tanto maior quanto maiores forem os fatores de resistência (Guerreiro, 2015).

De acordo com Schwald (2012) a oferta de formações em inglês ou outra língua estrangeira e as competências linguísticas dos estudantes e docentes são dois dos desafios mais significativos da internacionalização das IES. Para o autor, quando a formação envolve

o contacto direto com pessoas, como nas áreas da saúde, é essencial que haja comunicação eficaz entre as partes. Adicionalmente considera também que a atualização dos currículos e formações e a própria mobilidade dos alunos são desafios inerentes à internacionalização das instituições. Segundo Levin (2008), a digitalização é uma outra dificuldade associada a este processo, dado que a evolução das tecnologias da informação e comunicação tem sido uma constante e as instituições se têm de adaptar por forma a atraírem estudantes estrangeiros. Já Ramos (2014) menciona que incorporar a interculturalidade como um princípio educacional e de comunicação para dar conta da diversidade cultural de estudantes vindos de diferentes países é também um desafio enfrentado pelas instituições de ensino. A obtenção de financiamento por entidades governamentais é também um dos principais desafios identificados na literatura, uma vez que só com o apoio público ou comunitário é que as IES nacionais conseguirão competir a nível global (Horta, 2009).

Para as IES, planear estratégias de internacionalização que vão de encontro aos objetivos desejados é outro desafio identificado, pois nem sempre o plano estratégico desenvolvido tem, na prática, os resultados esperados (De Haan, 2014).

2.3.5. Impactos da Internacionalização

De acordo com o relatório “*Measuring and Assessing Internationalization*” da NAFSA medir e avaliar o impacto da internacionalização será tanto mais importante quanto mais central for para a definição da qualidade do ensino, pesquisa e envolvimento (Green, 2012).

O impacto da internacionalização ao nível institucional é definido por Hudzik e Stohl (2009) como o resultado final, geralmente associado à medição e concretização dos objetivos e missões definidos, que justificam a obtenção, o gasto de recursos e a realização do trabalho. Assim, e para Bedenlier e Zawacki-Richter (2015), o termo impacto indica uma compreensão da consequência, resultado ou efeito que surge devido a uma experiência, processo ou programa.

De acordo com o estudo de Bedenlier e Zawacki-Richter (2015) os membros das universidades também são impactados pela internacionalização do ensino superior, nomeadamente ao nível individual, institucional e global. Ao nível individual, as oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional, a reputação internacional, a aquisição de competências linguísticas são enunciadas como impactos positivos. Já o

aumento do nível de trabalho e stress são os efeitos negativos sentidos por estes. Ao nível institucional os impactos sentidos são essencialmente positivos, nomeadamente a internacionalização do currículo, a oportunidade de ensinar estudantes estrangeiros, presença de um corpo docente mais internacional e a existência de equipas de pesquisa e investigação internacionais. Por fim e de forma mais global, os efeitos vivenciados pelos membros das universidades são a transferência de conhecimentos, o inglês enquanto língua franca e o contexto político e desenvolvimentos globais. No entanto, a competição académica é apresentada como um efeito global negativo.

Relativamente ao impacto sentido na mobilidade académica, Huják (2015) indica que o aumento na intensidade da mobilidade de crédito leva ao aumento do número de alunos envolvidos em mobilidade de período integral. Tal acontece devido à experiência satisfatória vivenciada pelos estudantes que realizam mobilidade de curta duração e que querem, posteriormente, continuar a sua educação num país estrangeiro. Alunos satisfeitos com mobilidade de créditos, tendem a desejar continuar a sua formação na universidade recetora e lá concluírem o programa académico ou iniciarem um de nível superior.

2.4. Caracterização do ensino superior em Portugal e origem do sistema politécnico português

De acordo com o nº1 do artigo 2º do Decreto-Lei nº402/73 as instituições de ensino superior têm como principais funções “ministrar o ensino de nível mais elevado, promover a educação permanente e a extensão cultural, fomentar a investigação nos vários ramos do conhecimento e contribuir, no âmbito da missão de serviço à comunidade, para a resolução de problemas de carácter nacional e regional”.

O sistema de ensino superior em Portugal sofreu enormes mudanças a nível estrutural, institucional, económico, demográfico e social ao longo das últimas quatro décadas (Urbano, 2008). Desde 1960 que o ensino se tem alterado, tendo Cruz e Cruzeiro (1995) enumerado algumas transformações ocorridas, nomeadamente, expansão dos cursos a múltiplas áreas de conhecimento, criação de novos cursos e instituições, diferenciação do ensino em universitário e politécnico e oferta de ensino superior privado.

Em 1974, ano de implementação do regime democrático, existiam apenas três universidades públicas, com aproximadamente 86 mil alunos. Cerca de três décadas depois,

o setor educacional público era já constituído por 14 Universidades e 15 Institutos Politécnicos (Alves *et al.*, 2015), com um total de 360 mil alunos. Atualmente, existem 15 universidades públicas (nove apresentam ensino universitário puro e sete integram escolas de ensino superior politécnico) e 15 Institutos Politécnicos totalizando cerca de 411 mil alunos.

Em 1986 a Lei do Sistema Educacional estabeleceu a estrutura binária da educação superior em Portugal (Mourato, 2019), incorporando universidades públicas e privadas, institutos politécnicos públicos e privados, outras instituições públicas (saúde e militar) e outros estabelecimentos privados (Ferreira, Machado & Santiago 2008). De acordo com Mourato (2009), esta estrutura de ensino assemelha-se à aplicada noutros países europeus, que integram o subsistema universitário tradicional e os politécnicos ou universidades de ciências aplicadas.

As universidades e os institutos politécnicos apresentam diferentes naturezas, nomeadamente ao nível das formações ministradas, competência legal para conferir graus académicos, carreiras dos seus docentes e dicotomia ensino/investigação (Catroga, 2010). Deste modo, o artigo 67º da Lei 62/2007 de 10 de setembro refere que o ensino universitário se orienta para “a oferta de formações científicas sólidas, juntando esforços e competências de unidades de ensino e investigação” e o ensino politécnico, por outro lado, se concentra “em formações vocacionais e em formações técnicas avançadas, orientadas profissionalmente”.

No início da década de 70 foi destacada a importância do desenvolvimento e alargamento dos quadros médios e superiores em Portugal por organizações internacionais como a OCDE. Deste modo, pretendia-se que os mesmos fossem capazes de responder às necessidades de desenvolvimento económico e social, proporcionando aos licenciados formações profissionalizadas, propícias à prática de profissões técnicas (Urbano, 2008). Assim, em meados da mencionada década, o Professor José Veiga Simão, ministro da educação da altura, apresentou um projeto político com vista à expansão e diversificação do sistema educativo português (Stoer, 1983), criando o ensino superior politécnico. Os institutos politécnicos passaram a integrar o ensino superior juntamente com as universidades e outras instituições similares (Lei nº5/73 e o Decreto-Lei nº402/73). A rede de ensino superior politécnico em Portugal constitui-se anos mais tarde através da Lei nº29/80, seguindo as tendências europeias de então e introduzindo um sistema binário

(Alves *et al.*, 2015). Esta rede é caracterizada pela forte regionalização, tendo como principal objetivo desenvolver localmente as regiões nas quais se insere, através da investigação aplicada e da formação técnica e prática em áreas científicas e económicas específicas de cada região (Urbano, 2008). Segundo Grácio (1998), a implementação do ensino politécnico foi também uma forma para gerir a crescente procura pelo ensino superior.

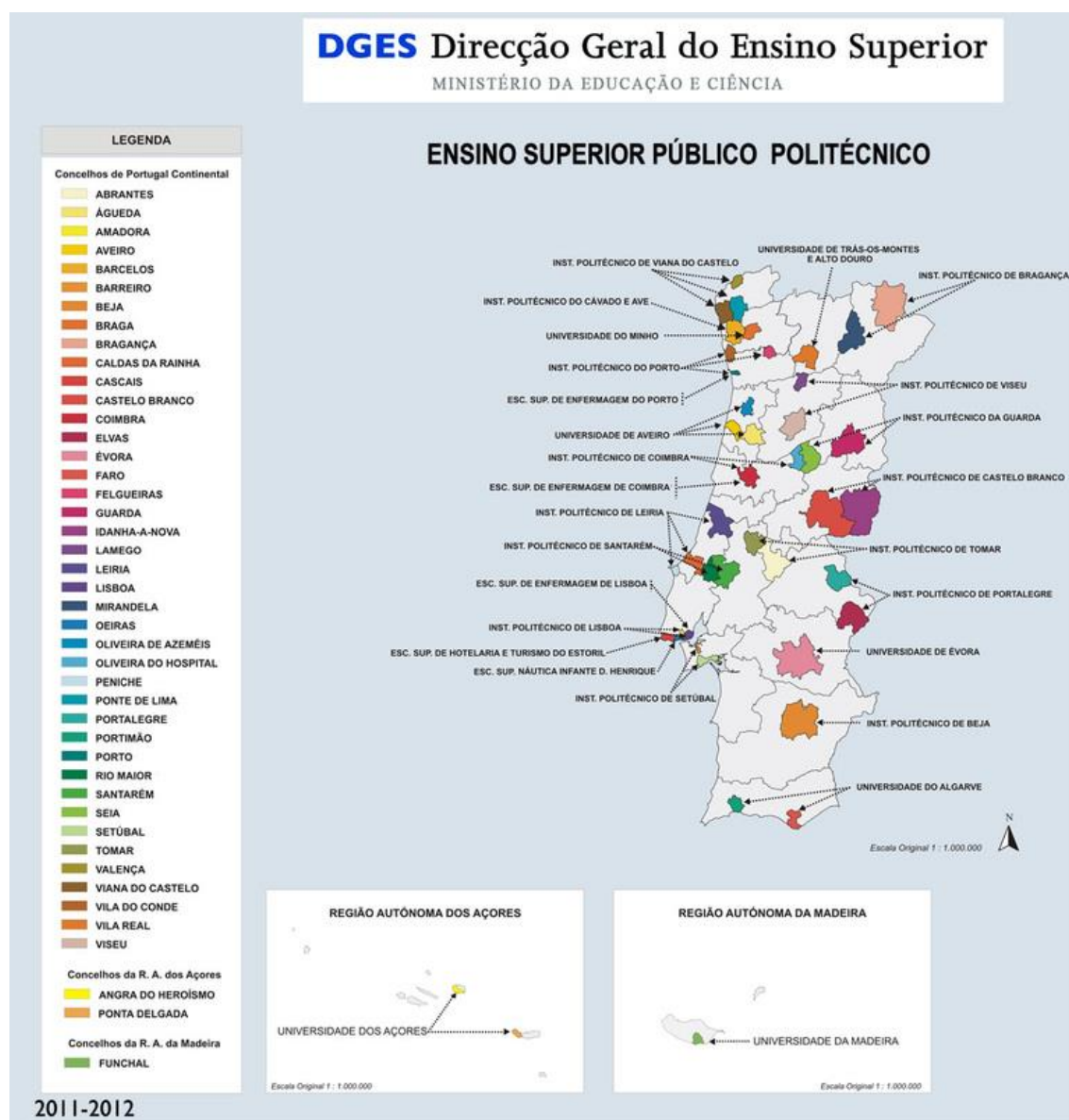
De acordo com a Lei nº 54/90 de 5 de setembro, os institutos politécnicos são caracterizados como “instituições de ensino superior que integram duas ou mais escolas superiores globalmente orientadas para a prossecução de objetivos do ensino superior politécnico numa mesma região, [...] associadas para efeitos de concertação das respetivas políticas educacionais e de otimização de recursos”. Os principais objetivos dos IP’s são a formação inicial, a formação recorrente e a atualização, a reconversão horizontal e vertical dos técnicos, o apoio ao desenvolvimento regional e a investigação e desenvolvimento. Quanto à sua missão, o artigo 11º, nº4 da Lei nº 46/86, de 14 de outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo) refere que “o ensino politécnico visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de atividades profissionais”.

Em 2005 foi discutida e aprovada uma nova emenda da Lei da Educação, passando o ensino superior a organizar-se em apenas três graus, licenciatura, mestre e doutor. Os graus de licenciatura e mestre são concedidos pelas universidades e institutos politécnicos, enquanto o terceiro grau, doutor, apenas poderá ser adquirido em universidades (Ferreira *et al.*, 2008).

Atualmente e de acordo com o CCISP, o ensino superior português (ESP) divide-se em institutos politécnicos, escolas integradas em institutos politécnicos, escolas não integradas em institutos, e escolas politécnicas integradas em universidades. A rede pública de ESP está bem distribuída por todo o país, atingindo regiões menos desenvolvidas e constituindo um poderoso mecanismo de promoção da equidade no acesso ao ensino superior (Alves *et al.*, 2015). A maior percentagem de população portuguesa concentra-se ao longo da zona costeira do país e, por esse motivo, os IPP’s localizados no interior contribuem para o desenvolvimento económico e valorização das regiões, constituindo simultaneamente um fator de atração e fixação da população. Através das figuras 5 e 6 do anexo 1 é possível perceber a distribuição dos institutos politécnicos e das universidades em Portugal. Em 2021

esta rede é composta por 15 IP's, 5 escolas não integradas e 7 universidades (Açores, Algarve, Aveiro, Évora, Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro e Madeira), totalizando 27 instituições e 102 unidades orgânicas, presentes em 45 concelhos de 18 distritos e 2 regiões autónomas (Figura 1).

Figura 1: Instituições do Ensino Superior Politécnico Português.



Fonte: DGES.

O ESP é um importante subsetor do sistema de ensino superior português e a evolução do número de estudantes matriculados é um indicador que comprova a sua evolução positiva (Mourato, 2019). Adicionalmente e tal como mencionado por Urbano

(2008), o crescente aumento de alunos em IP's (gráfico 1) também é indicador do maior reconhecimento pela sociedade da qualidade da formação oferecida por estes. No ano letivo de 2020/2021, segundo a Pordata, estavam matriculados 412 mil estudantes em instituições de ensino públicas e privadas, sendo que destes, 151 mil alunos estavam em IP's públicos e privados, representando este setor 37% do total de alunos matriculados na rede pública e privada de ensino superior.

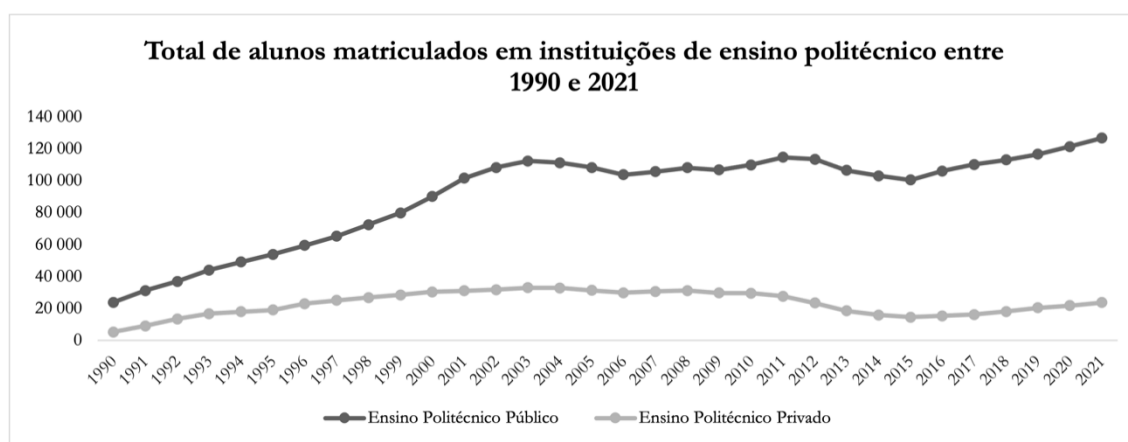


Gráfico 1: Alunos matriculados no ensino superior politécnico em Portugal entre 1990 e 2021.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Pordata.

De acordo com o estudo de Oliveira *et al.* (2019), os institutos politécnicos são importantes atores para o desenvolvimento regional constituindo grandes empregadores locais, principalmente em regiões isoladas e menos desenvolvidas. Possuem ainda um papel determinante na viabilização do acesso ao ensino superior aos jovens que, caso não existissem estes IP's nessas regiões, não teriam a oportunidade de ingressar no ensino superior.

3. Metodologia e recolha de dados

Segundo Tan (2017), a metodologia baseada em pesquisa é definida como uma série de etapas lógicas desde a formulação de um problema de pesquisa até à conclusão, fornecendo a ligação entre a teoria e a evidência. A escolha de uma metodologia adequada é, de acordo com Batista e Sousa (2011), um procedimento fundamental para a realização de uma dissertação, abrangendo a seleção da estratégia de investigação e os métodos de recolha de dados mais convenientes para alcançar os objetivos definidos. Deste modo, existem três principais métodos de investigação, podendo esta ser quantitativa, qualitativa ou mista, consoante o objetivo do estudo, o público-alvo e a questão de investigação.

De acordo com Quivy e Campenhoudt (2005), é essencial a elaboração de uma questão de partida que represente o que o investigador pretende analisar no estudo. Para a dissertação que agora se elabora definiu-se, mediante os objetivos, a seguinte questão de partida: “Quais as principais estratégias utilizadas e motivações e desafios identificados pelos Institutos Politécnicos Portugueses na internacionalização das suas atividades?”. Em consequência desta, e segundo objetivos secundários, elaborou-se a questão derivada: “Do processo de mobilidade internacional advêm benefícios para os Institutos Politécnicos Portugueses e são sentidos impactos positivos no meio envolvente?”.

Por forma a dar resposta às duas questões mencionadas é essencial recolher o máximo de informação possível junto de profissionais experientes. Assim, a metodologia adotada no presente estudo é de investigação qualitativa, um método utilizado para explorar e compreender o significado que indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano (Creswell, 2018). Este método permitirá abranger diversas abordagens e valorizar a interpretação dos acontecimentos analisados (Lessard-Hébert *et al.*, 2013). A investigação será baseada em entrevistas a observadores privilegiados, nomeadamente aos presidentes dos Institutos Politécnicos Portugueses e responsáveis dos departamentos de mobilidade destas instituições. Através de uma entrevista semiestruturada, com base na preparação de um guião, será possível analisar, quantificar e comparar as informações fornecidas pelos diversos entrevistados e assim contribuir para o desenvolvimento do estudo.

A realização de entrevistas semiestruturadas, cujo objetivo principal é obter uma descrição do mundo envolvente do entrevistado a fim de interpretar o significado dos fenómenos descritos (Brinkmann & Kvale, 2015), foi o método que se demonstrou mais

adequado para o estudo em questão. Dado ser essencial recolher informação específica sobre cada instituição junto de indivíduos experientes, este método dar-nos-á a oportunidade de contactar com os diretores dos IPP's e obter informações relevantes para o estudo. Este método também permitirá recolher dados num curto espaço de tempo, explorar as perceções do entrevistado e o seu ponto de vista de forma flexível (Corbin & Morse, 2003) e interagir, recolhendo informações precisas e profundas.

3.1. Instrumentos de recolha de dados

Como mencionado anteriormente, foi elaborado um guião, dividido em seis secções, para a condução das entrevistas (Tabela 2 e Anexo 2 – Guião das Entrevistas). Na primeira secção procurou-se explorar questões relativas às políticas e estratégias de internacionalização adotadas pelo Instituto. Na segunda secção questionam-se quais as motivações, tanto para o Instituto como para os estudantes, para participarem no processo de internacionalização. Seguidamente, e na secção três, estão englobados os principais benefícios identificados e os impactos que a internacionalização tem na região envolvente. Na quarta secção exploram-se os riscos e desafios identificados pela instituição e pelos estudantes. Por fim, a última secção relaciona-se com as áreas e/ou cursos mais internacionalizados, países de origem dos estudantes estrangeiros e a distinção entre mobilidade de curto prazo e período integral.

Tabela 2: Estrutura do guião da entrevista.

Temas	Questões
Políticas e estratégias de internacionalização	Prioridade do processo de internacionalização Principais razões para a aposta no processo de internacionalização Política e/ou plano estratégico para a internacionalização Estratégias adotadas para captar alunos estrangeiros Fatores de destaque face a outros institutos
Motivações	Motivações da instituição para a internacionalização Motivações dos estudantes para a internacionalização
Benefícios e impacto na região envolvente	Benefícios decorrentes da promoção e investimento no processo de internacionalização Benefícios da internacionalização para a instituição e para os estudantes Impactos na região envolvente

Temas	Questões
Desafios	Riscos e/ou desafios enfrentados pelo instituto no processo de internacionalização Riscos e/ou desafios enfrentados pelos estudantes no processo de internacionalização
Áreas internacionalizadas e países de origem dos estudantes	Áreas e cursos mais abrangidos pela internacionalização Principais países de origem dos estudantes internacionais Mobilidade de curto prazo <i>vs</i> período integral

Fonte: Elaboração própria.

3.2. Amostra

O público-alvo da presente investigação engloba os 15 Institutos Politécnicos Portugueses presentes na figura 2. Dentro da rede do Ensino Superior Politécnico apenas se selecionaram os 15 Institutos, não sendo considerados para o presente estudo dados relativos às escolas superiores não integradas (enfermagem, náutica e hotelaria e turismo) e englobadas em universidades (Açores, Algarve, Aveiro e Madeira).

Figura 2: Distribuição de Institutos Politécnicos em Portugal.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do CCISP.

Por forma a se agendarem as entrevistas, 14 dos 15 politécnicos foram contactados telefonicamente e posteriormente por e-mail, com todos os detalhes e breve explicação do estudo. Apenas não foi possível comunicar com o IPP de Setúbal, uma vez não terem respondido às chamadas telefónicas efetuadas. Das 14 colaborações requisitadas, resultaram 6 respostas. Os restantes 8 Institutos foram novamente contactados, mas não demonstraram interesse em colaborar. Deste modo, foram concretizadas 6 entrevistas, encontrando-se na tabela 3 os IPP's e respetivos membros respondentes que forneceram dados para a investigação. Relativamente ao Instituto Politécnico de Viseu, a entrevista foi efetuada com um membro desta Instituição que pediu o anonimato, não se encontrando o seu cargo na tabela referida.

Tabela 3: Listagem de IPP's respondentes.

Instituto Politécnico	Respondente	Cargo
Instituto Politécnico de Beja	Ator 1	Coordenadora do Gabinete de Relações Internacionais
Instituto Politécnico de Castelo Branco	Ator 2	Coordenador do Gabinete de Relações Internacionais
Instituto Politécnico de Leiria	Ator 3	Chefe da Divisão de Comunicação e Relações Internacionais
Instituto Politécnico de Santarém	Ator 4	Técnica Superior do Gabinete de Mobilidade e Cooperação Internacional
Instituto Politécnico de Tomar	Ator 5	Técnica Superior do Gabinete de Relações Internacionais
Instituto Politécnico de Viseu	Ator 6	Membro da Instituição

Fonte: Elaboração própria.

Como é possível observar, não foi possível agendar a entrevista com um Membro da Presidência em nenhum dos casos, tendo esta sido realizada pelo responsável do Departamento/Gabinete de Relações Internacionais de cada Instituto. As entrevistas foram conduzidas entre os meses de fevereiro e maio de 2022, tendo durado, em média, 1 hora, e todos os entrevistados se demonstraram colaboradores e consideraram a temática do estudo bastante pertinente. Em todos os casos houve permissão para a gravação áudio da entrevista.

4. Análise dos dados e discussão dos resultados

Neste capítulo, com o objetivo de dar resposta às questões de investigação elaboradas, efetuar-se-á a análise dos dados e discussão dos resultados obtidos através das entrevistas realizadas aos seis responsáveis dos Institutos Politécnicos.

Os dados obtidos com as entrevistas serão analisados numa perspetiva qualitativa e encontram-se divididos em cinco secções, tal como a estrutura do guião apresentada na tabela 2.

4.1. Análise das Entrevistas

4.1.1. Políticas e estratégias de internacionalização

A implementação de políticas e estratégias de internacionalização nas Instituições de Ensino Superior não é um processo recente, sendo parte integrante da missão e visão das IES. Como tal, e quando questionados acerca da prioridade da internacionalização para o Instituto Politécnico, todos os respondentes consideraram que é elevada, isto é, a internacionalização é um dos principais pilares para a instituição. Segundo a Técnica Superior do Gabinete de Mobilidade e Cooperação Internacional do IP de Santarém, Ator 4, “a internacionalização é um dos grandes pilares não só ao nível da internacionalização, mas também a nível de recrutamento de estudantes, principalmente de PALOPs (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e Lusófonos”. Já de acordo com o membro entrevistado do Instituto Politécnico de Viseu “a internacionalização é um dos pilares mais importantes da estratégia do Politécnico”. Pelas razões elencadas e advindas de propostas de gestão de topo dentro das organizações, é possível realçar que a internacionalização é, hoje, parte da estratégia de gestão das instituições politécnicas.

As principais razões que levam os IP's a investirem no processo de internacionalização encontram-se enumeradas na tabela 4, sendo visível que as principais são a qualidade académica e o desenvolvimento intercultural da instituição.

Tabela 4: Principais razões para a aposta na internacionalização elencadas pelos entrevistados.

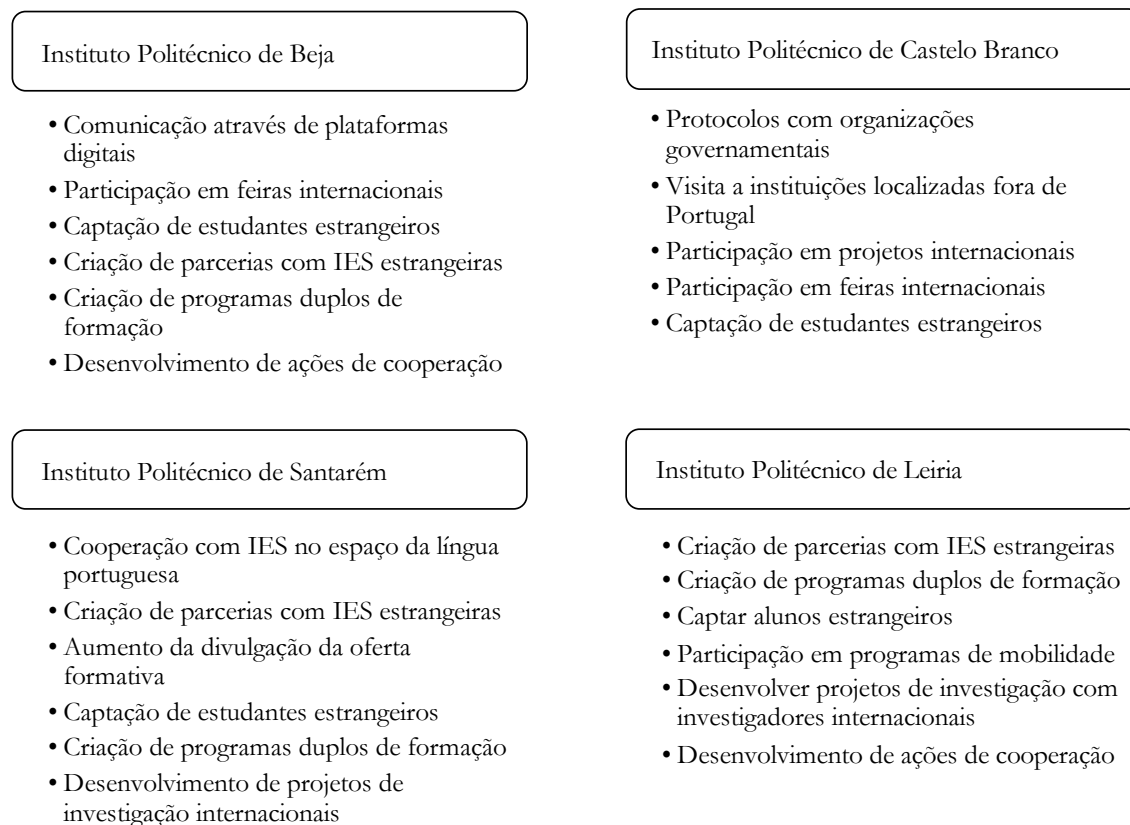
Razões	Nº de entrevistados
Pertença a uma rede	2
Qualidade académica	4
Participação em projetos de investigação internacionais	3

Razões	Nº de entrevistados
Recrutamento de estudantes	3
Desenvolvimento intercultural	4
Sustentabilidade	1
Inovação	1
Fortalecimento da investigação e conhecimento	3

Fonte: Elaboração própria.

No âmbito da implementação das estratégias de internacionalização, todos os Institutos Politécnicos possuem um plano ou uma política definida, maioritariamente desenvolvida e implementa pelos Presidentes em conjunto com os responsáveis dos gabinetes de relações internacionais. As principais estratégias adotadas por cada um dos IP's enumeram-se na figura 3, sendo possível constatar que a captação de alunos internacionais, criação de parcerias com IES estrangeiras, desenvolvimento e participação em projetos internacionais e desenvolvimento de ações de cooperação são as estratégias mais utilizadas pelos Institutos entrevistados.

Figura 3: Principais estratégias de internacionalização adotadas pelos IP's.



Instituto Politécnico de Tomar

- Participação em programas de mobilidade
- Desenvolvimento de ações de cooperação
- Comunicação através de plataformas digitais
- Participação em feiras internacionais
- Protocolos com organizações governamentais
- Desenvolvimento de projetos de investigação internacionais

Instituto Politécnico de Viseu

- Participação em feiras internacionais
- Desenvolvimento e participação em projetos internacionais
- Captação de alunos estrangeiros
- Participação em programas de mobilidade
- Criação de parcerias com IES estrangeiras
- Desenvolvimento de ações de cooperação.

Fonte: Elaboração Própria.

4.1.2. Motivações à internacionalização

Decorrentes do processo de internacionalização do ensino superior estão motivações, tanto para as instituições envolvidas como para os estudantes.

As motivações à internacionalização identificadas pelos seis Institutos Politécnicos classificam-se em quatro categorias distintas, podendo ser económicas, académicas, sociais e/ou políticas, como demonstra a tabela 5.

Tabela 5: Motivações para a internacionalização dos IP's.

MOTIVAÇÕES PARA A INSTITUIÇÃO	
Económicas	Sustentabilidade financeira Impacto económico na comunidade Aumento da receita Verbas de projetos internacionais
Académicas	Criação de parcerias e redes internacionais Visibilidade internacional Melhoria de qualidade do ensino Transmissão de conhecimentos
Sociais	Aumento do número de estudantes matriculados Promoção da interculturalidade Manutenção de abertura de novos cursos
Políticas	Melhoria do posicionamento/ranking

Fonte: Elaboração Própria.

As motivações económicas, académicas e sociais são transversais a todos os Institutos respondentes (tabela 6), no entanto, nem todos consideram a vertente financeira

como a mais importante. De acordo com o Coordenador do Gabinete de Relações Internacionais do IP de Castelo Branco, Ator 2, “dado as propinas terem o mesmo valor das pagas por estudantes portugueses, não considero a vertente económica o fator mais motivador”. Contrariamente, os respondentes dos restantes IP’s consideram que o fator económico é importante, permitindo a sustentabilidade da instituição, “consubstanciando-se na atração de estudantes internacionais e num forte dinamismo/investimento em ações/projetos de promoção nesta área” (Técnica Superior do Gabinete de Relações Internacionais do IP Tomar). As motivações académicas relacionam-se, sobretudo, com a criação de parcerias internacionais e com o facto de permitir que “o corpo docente se torne mais capacitado, aberto a outras culturas, em que haja transmissão de conhecimentos e saberes” (Técnica Superior do Gabinete de Mobilidade e Cooperação Internacional do IP de Santarém). Já as motivações sociais relacionam-se com “a qualidade e com o ambiente intercultural que se pretende que seja promovido em toda a instituição a todos os níveis, seja este profissional, (...), estudantil (...) ou investigacional.” (Chefe da Divisão de Comunicação e Relações Internacionais do IP de Leiria). Adicionalmente, a internacionalização também permite aumentar o número de estudantes matriculados e manter/abrir novos cursos. Por fim, as motivações políticas foram as menos mencionadas nas entrevistas, consideram-se apenas que a internacionalização valoriza o Instituto “que sobe nos rankings e tem um posicionamento internacional melhor” (Coordenadora do Gabinete de Relações Internacionais do IP de Beja).

Tabela 6: Caracterização das motivações identificadas pelos IP’s.

Motivações IP’s	Beja	Castelo Branco	Leiria	Santarém	Tomar	Viseu
Económicas	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Académicas	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Sociais	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Políticas		✓			✓	✓

Fonte: Elaboração própria.

A internacionalização dos estudos é um aspeto muito importante para os estudantes, sendo também estes motivados a escolherem Portugal como país de destino e as suas instituições.

Através do gráfico 2 observa-se que o custo de vida acessível, a segurança e o clima são os fatores que mais motivam os estudantes a escolher Portugal como país de destino, seguindo-se o fator acolhimento com 50% e o idioma e a localização com 33%.

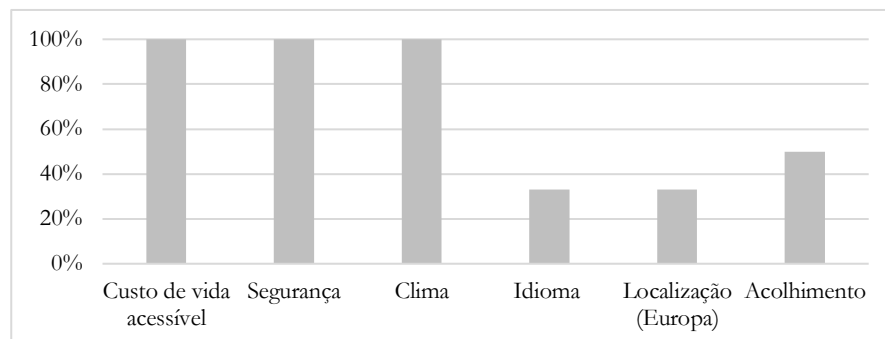


Gráfico 2: Motivações para a escolha de Portugal como país de destino da internacionalização.

Fonte: Elaboração própria

Quanto às motivações dos estudantes para escolha dos diferentes IP's, observa-se na figura 4 que as respostas obtidas nas diferentes entrevistas foram distintas, não tendo os Institutos Politécnicos de Castelo Branco e Santarém mencionado nenhum fator.

Figura 4: Motivações dos estudantes para a escolha do IP.

Instituto Politécnico de Beja • Custo de vida acessível da cidade; • Oferta formativa em inglês.	Instituto Politécnico de Castelo Branco • Nada mencionado.
Instituto Politécnico de Leiria • Estabelecimento de parcerias com os PALOP; • Oferta formativa em inglês; • Oferta formativa diversificada; • Localização geográfica da cidade.	Instituto Politécnico de Santarém • Nada mencionado.
Instituto Politécnico de Tomar • Oferta formativa diversificada; • Qualidade; • Políticas de acolhimento adequadas.	Instituto Politécnico de Viseu • Bom acolhimento dos estudantes; • Considerada a melhor cidade para se viver; • Bom ambiente académico

Fonte: Elaboração própria.

4.1.3. Benefícios e impactos na região envolvente

Nas entrevistas realizadas aos seis Institutos Politécnicos foi possível determinar que existem benefícios, tanto para as instituições como para os estudantes, da internacionalização das suas atividades. Na tabela 7 estão inumerados, por IP, os principais benefícios considerados.

Tabela 7: Benefícios da internacionalização.

Instituto Politécnico	Benefícios para a Instituição	Benefícios para os Estudantes
Instituto Politécnico de Beja	1. Prestígio internacional 2. Capacidade de atrair novos projetos 3. Participação em projetos de investigação 4. Criação de parcerias 5. Acesso a programas de financiamento	1. Internacionalização do currículo 2. Crescimento pessoal e profissional 3. Enriquecimento cultural 4. Aquisição de novos conhecimentos 5. Oportunidade de viajarem
Instituto Politécnico de Castelo Branco	1. Relação estabelecida com os alumni 2. Projetos de investigação internacionais	1. Ligação estabelecida com o instituto 2. Acesso a formação de qualidade 3. Contacto com um novo idioma
Instituto Politécnico de Leiria	1. Visibilidade e prestígio internacional 2. Criação de redes e parcerias 3. Desenvolvimento de projetos internacionais	1. Enriquecimento cultural 2. Desenvolvimento curricular 3. Contacto com um novo idioma 4. Acesso a novos métodos de ensino 5. Acesso a novos especialistas e conhecimentos
Instituto Politécnico de Santarém	1. Campus politécnico diversificado 2. Criação de redes e parcerias 3. Desenvolvimento de projetos de investigação	1. Experiência multicultural 2. Contacto com uma nova realidade 3. Acesso a novos métodos de ensino 4. Contacto com um novo idioma
Instituto Politécnico de Tomar	1. Estudantes e <i>staff</i> mais internacionalizados 2. Melhoria da qualidade académica 3. Inovação do curriculum, ensino e investigação 4. Reforço da investigação e produção de conhecimento 5. Acesso a programas de financiamento	1. Aquisição de competências interculturais 2. Internacionalização do currículo 3. Nova experiência de estudos
Instituto Politécnico de Viseu	1. Campus politécnico diversificado 2. Criação de redes e parcerias 3. Oportunidade de crescimento económico	1. Enriquecimento cultural 2. Desenvolvimento pessoal e profissional 3. Internacionalização do currículo 4. Contacto com um novo idioma

Fonte: Elaboração própria

Todos os respondentes consideraram que existem benefícios resultantes da internacionalização. No que concerne aos benefícios para a própria instituição e de acordo com o gráfico 3, o desenvolvimento de projetos de investigação internacionais e a criação de redes e parcerias são os mais considerados, correspondendo a 67%. Seguem-se os benefícios económicos com 50%. Já os benefícios da internacionalização mais valorizados para os estudantes e como demonstra o gráfico 4, são o contacto com um novo idioma, o enriquecimento cultural e a internacionalização do currículo, correspondendo a 67%.

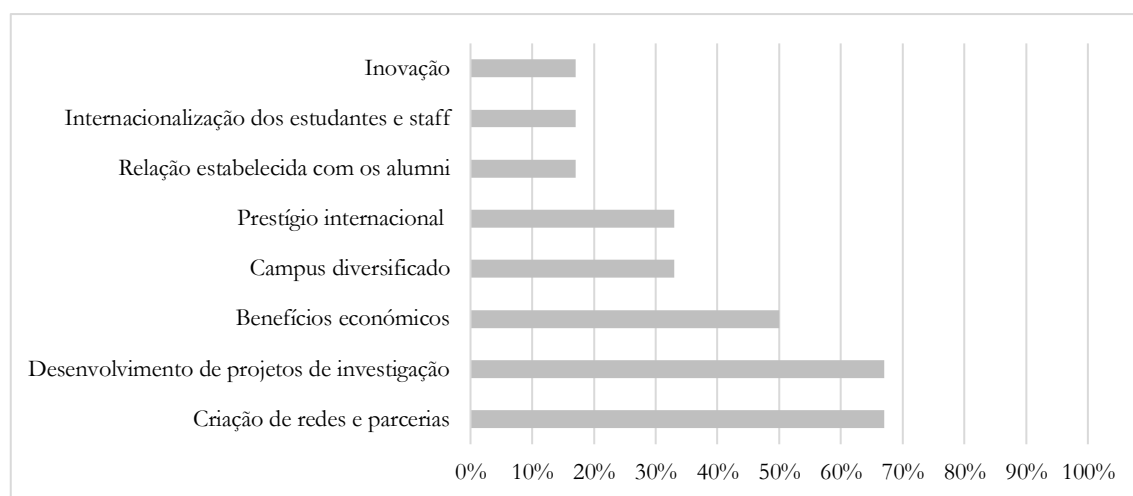


Gráfico 3: Benefícios da internacionalização para as Instituições.

Fonte: Elaboração própria

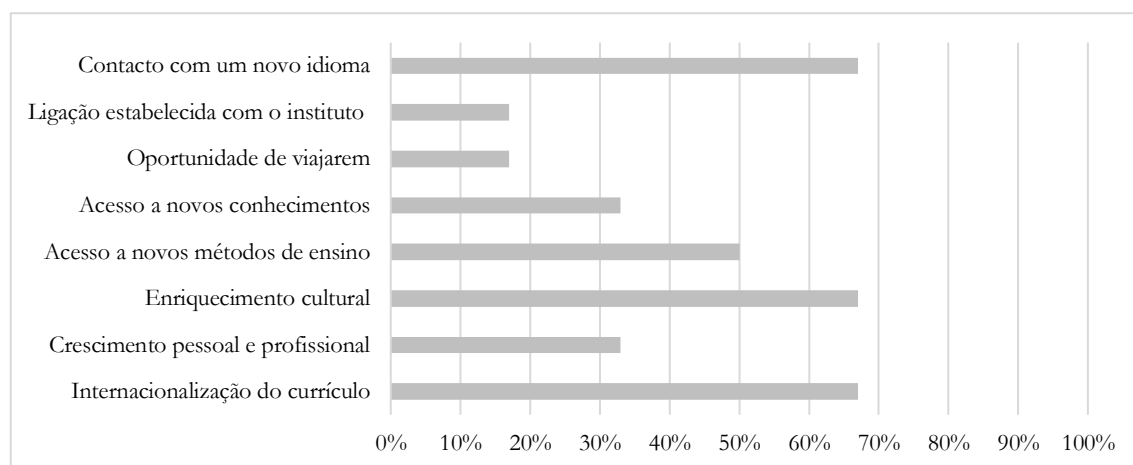


Gráfico 4: Benefícios da internacionalização para os estudantes.

Fonte: Elaboração própria

Relativamente aos impactos que o processo de internacionalização produz na região envolvente, todos as instituições consideram que o comércio é o setor mais afetado positivamente, seguindo-se o mercado imobiliário e apenas depois o turismo e a restauração (gráfico 5).

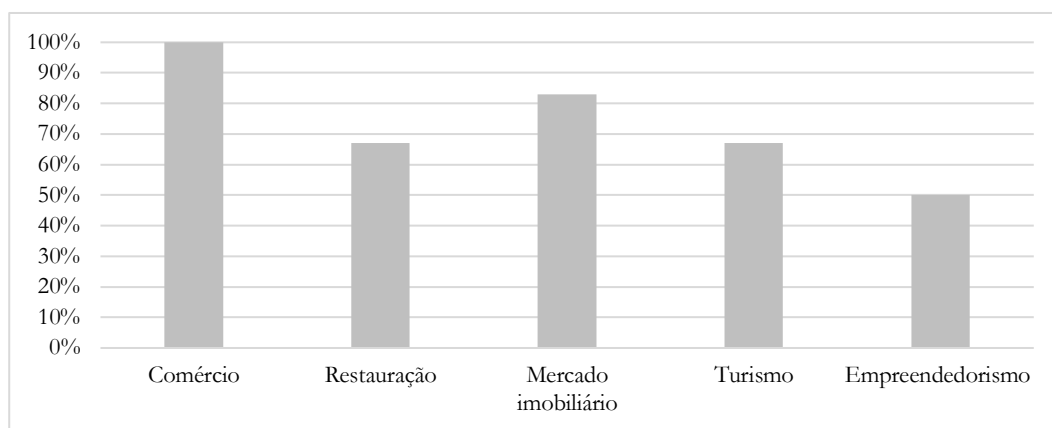


Gráfico 5: Impactos da internacionalização.

Fonte: Elaboração própria

4.1.4. Desafios e riscos da internacionalização

Decorrentes do processo de internacionalização das IES não existem apenas benefícios, sendo também numerosos os desafios que as instituições enfrentam diariamente.

De acordo com os seis IP's entrevistados, a internacionalização das suas atividades e a receção semestral/anual de estudantes estrangeiros gera desafios. No entanto, os desafios identificados pelos diversos respondentes são distintos. De acordo com a Coordenadora do Gabinete de Relações Internacionais do IP de Beja, os principais desafios enfrentados pela instituição são a resposta às mudanças constantes do meio envolvente, a adaptação às novas tecnologias digitais (implementação da mobilidade virtual devido à pandemia Covid-19) e a aprendizagem de uma língua estrangeira por parte do corpo docente. Segundo esta responsável, “Na perspetiva académica, internacionalizar significa lecionar e aprender numa língua estrangeira, sendo tal um desafio para o corpo docente.”.

Por outro lado, o Coordenador do Gabinete de Relações Internacionais do IP de Castelo Branco considera que “um dos grandes desafios para as instituições é a integração dos estudantes e a procura de alojamentos para alunos internacionais (principalmente de grau

completo)”. Adicionalmente, a falta de recursos financeiros é também uma barreira identificada.

Já para o Chefe da Divisão de Comunicação e Relações Internacionais do IP de Leiria, “a dificuldade de integração dos estudantes internacionais devido a diferenças culturais ou linguísticas e a atração de bons estudantes são os maiores desafios”. No entanto, o mesmo considera também que existe “desconfiança pelo facto de sermos politécnico e não sermos universidade, ou melhor, não termos a palavra Universidade”, dificultando a comunicação no exterior.

Segundo a Técnica Superior do Gabinete de Mobilidade e Cooperação Internacional do IP de Santarém, “a adaptação à mudança constante do meio envolvente e da instituição para a receção de estudantes estrangeiros e também a dificuldade de integração dos estudantes por não dominarem a língua portuguesa são desafios identificados”.

Contrariamente e de acordo com a Técnica Superior do Gabinete de Relações Internacionais do IP de Tomar, existem alguns riscos da internacionalização como a “generalização do uso do inglês em detrimento das línguas nacionais, o aumento de fornecedores de educação de baixa qualidade num mercado mais globalizado, a homogeneização do curriculum, o elitismo no acesso à educação, a mercantilização de programas e a fuga de cérebros”.

Por fim, o membro entrevistado do IP de Viseu considera que “a atração de estudantes, a falta de financiamento e a discrepância existente entre o número de estudantes acolhidos por Instituições no litoral do país quando comparado com o interior são desafios para a instituição”.

4.1.5. Áreas internacionalizadas e países de origem dos estudantes

Na última secção das entrevistas questionaram-se os seis politécnicos acerca das áreas e/ou cursos mais internacionalizados, bem como os principais países de origem dos estudantes internacionais.

Como demonstrado no gráfico 6, a área que mais se destaca é a Gestão, tendo esta sido mencionada pelos seis entrevistados. Seguem-se as áreas do Turismo, Engenharia e Tecnologia referidas por 3 respondentes.

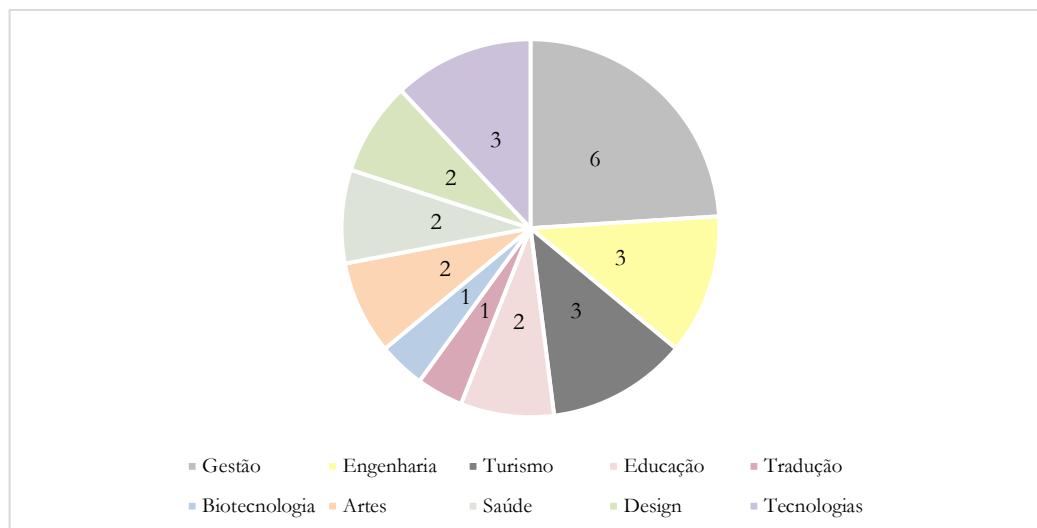


Gráfico 6: Áreas mais internacionalizadas.

Fonte: Elaboração própria

Relativamente aos países de origem dos estudantes estrangeiros é possível observar na tabela 8 que existe uma distinção clara entre a proveniência dos alunos que realizam período integral de estudos e os alunos de mobilidade de curto prazo. Assim, os estudantes internacionais chegam, principalmente, dos PALOP (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde) e do Brasil, países historicamente próximos de Portugal, dado existirem laços coloniais, e cujo idioma se assemelha, diminuindo a distância psicológica. Já os estudantes que realizam mobilidade de curto prazo (programas Erasmus +) são provenientes de países da União Europeia, sendo os mais elencados Espanha e Polónia.

Tabela 8: Principais países de origem dos estudantes estrangeiros.

	Países/Regiões	Nº de entrevistados
Estudantes internacionais (período integral)	PALOP	5
	Brasil	6
	Equador	1
	Chile	1
	Bósnia	2
	Albânia	1
	Arménia	1
	Montenegro	1
Mobilidade de curto prazo (Erasmus)	União Europeia	6

Fonte: Elaboração própria

Quando questionados acerca da diferença entre o número de estudantes recebidos em mobilidade de curto prazo e período integral de estudos, os Institutos Politécnicos de Beja, Castelo Branco, Leiria, Bragança e Tomar mencionaram que, atualmente, existe um número superior de alunos a realizar período integral de estudos quando comparado com o número de estudantes em mobilidade. Contrariamente, o IP de Viseu mencionou que o número de estudantes que realizam mobilidade é ainda superior ao número de estudantes em período integral.

Por fim, a tabela 9 demonstra a tendência dos estudantes em permanecerem ou regressarem à instituição que os acolheu durante o período de mobilidade tanto para realizarem mais um semestre da licenciatura ou, anos mais tarde, mestrado. Adicionalmente, a tabela também contém a tendência dos estudantes permanecerem ou regressarem a Portugal para trabalharem, tendo sido mencionado por todos os IP's que responderam “sim” que quem permanece são os alunos que realizam período integral de estudos, nomeadamente originários dos PALOP e Brasil.

Tabela 9: Tendência dos estudantes em permanecerem/regressarem à instituição ou Portugal.

	Beja	Castelo Branco	Leiria	Santarém	Tomar	Viseu
Alunos tendem a permanecer/regressar à instituição	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Alunos tendem a permanecer/regressar ao país para trabalhar	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim

Fonte: Elaboração própria.

4.2. Discussão dos resultados

4.2.1. Políticas e estratégias de internacionalização

De acordo com a literatura existente, as estratégias de internacionalização adotadas pelas diversas IES devem encontrar-se alinhadas com os objetivos de cada Instituição (Chang & Lin, 2018).

Knight e De Wit (1995) introduziram no seu estudo o conceito de estratégias programáticas e organizacionais. Com base nas seis entrevistas realizadas, e após agregar os dados obtidos, observou-se que as principais estratégias programáticas enumeradas pelos respondentes foram o desenvolvimento de ações de cooperação, de projetos de investigação

e de parcerias internacionais, corroborando também a literatura desenvolvida por Siufi (2009). Adicionalmente, 5 dos IP's mencionaram a captação de estudantes estrangeiros como uma das principais estratégias implementadas, demonstrando, de forma clara, a importância da criação de politécnicos cada vez mais dinâmicos na receção de conhecimento estrangeiro. Relativamente às estratégias organizacionais, consideradas fundamentais por Gao *et al.* (2015), todos os entrevistados mencionaram que a internacionalização das atividades são parte integrante da missão e visão do Instituto, constituindo uma prioridade.

Adicionalmente, e como apresentado por Guerreiro (2015) e Vieira *et al.* (2014) nos seus estudos, tanto a criação de programas duplos de formação, como a comunicação através de meios digitais foram também estratégias enumeradas pelos IP's.

4.2.2. Motivações à internacionalização

As instituições de ensino superior possuem motivações subjacentes ao integrarem a internacionalização nas suas estratégias, missão e visão, podendo estas ser económicas, académicas, sociais e/ou políticas (Altbach & Knight, 2007). Através da análise dos dados obtidos com as entrevistas foi possível compreender que as principais motivações, para todos os Institutos Politécnicos, foram classificadas como sendo académicas e sociais.

Altbach e Knight (2007) priorizaram as motivações económicas nos seus estudos, descrevendo-as como um importante meio para fazer face aos elevados investimentos efetuados, no entanto nem todos os Institutos Politécnicos consideraram o mesmo. Apesar de todos os IP's terem mencionado nas entrevistas a importância da internacionalização da Instituição para a vertente financeira, nem todos a consideraram primordial, dado o montante das propinas pagas pelos estudantes estrangeiros ser igual ao pago por um estudante português. Porém, os IP's de Beja, Leiria, Santarém, Tomar e Viseu consideraram o processo de internacionalização como uma fonte de rendimento tanto para a própria Instituição como para o meio envolvente.

Por outro lado, as motivações académicas foram consideradas como importantes para todos os IP's, corroborando o mencionado por Ho (2017) no seu estudo, isto é, a internacionalização do ensino superior permite criar parcerias e redes com Instituições localizadas no exterior, melhorar a qualidade académica e aumentar a visibilidade. Adicionalmente, os Institutos também referiram que a internacionalização das suas

atividades permite aceder a conhecimentos internacionais, corroborando Brandenburg e De Wit (2015).

Na mesma linha, as motivações sociais mencionadas pelos seis IP's também confirmam a literatura já existente (Harrison, 2015; Zen, 2017), dado que a internacionalização das IES é um meio que permite aumentar o número de candidatos (anualmente), manter e abrir novos cursos e programas e promover a interculturalidade.

Por fim, as motivações políticas não foram transversais a todos os Institutos Politécnicos entrevistados, tendo apenas os IP's de Castelo Branco, Tomar e Viseu considerado existir esta categoria. No entanto, e apesar de serem apenas 50% dos Institutos, os mesmos corroboraram Magne (2014) e Prickarts (2017), uma vez que a internacionalização do ensino superior permite melhorar o posicionamento da Instituição no exterior.

Do lado dos estudantes também existem motivações subjacentes à internacionalização dos seus estudos. Os três principais incentivos elencados pelos atores entrevistados foram a oferta formativa diversificada e em inglês, permitindo o aperfeiçoamento das competências académicas e linguísticas mencionadas por Cunha e Santos (2017) e Chan e Dimmock (2008), as boas políticas de acolhimento e a qualidade académica.

4.2.3. Benefícios e impactos na região envolvente

Como mencionado por diversos autores (Vale *et al.*, 2018; Riaño *et al.*, 2018; Biene *et al.*, 2014; Bedenlier & Zawacki-Richter, 2015) e como observado através das entrevistas realizadas aos seis Institutos Politécnicos, existem benefícios decorrentes da internacionalização do ensino superior, tanto para os próprios Institutos como para os estudantes.

Para os Institutos, e com base nos dados recolhidos, concluiu-se que os principais benefícios identificados se relacionam com a oportunidade de estabelecimento de redes e parcerias com instituições estrangeiras, o que possibilita o desenvolvimento de projetos internacionais. Tais vantagens foram também identificadas no estudo de Vale *et al.* (2018) como sendo principais, sendo as parcerias um meio para o desenvolvimento de projetos e programas de ensino. Adicionalmente e corroborando a pesquisa de Riaño *et al.* (2018), os

benefícios económicos foram mencionados por três dos seis IP's. Já a melhoria das relações diplomáticas entre países e o aumento do número de trabalhadores qualificados, também mencionados pelo autor, não foram vantagens identificadas pelos respondentes.

Para os estudantes, o contacto com um novo idioma, o enriquecimento cultural e a internacionalização do currículo foram os benefícios mais identificados, encontrando-se em linha com o estudado por King *et al.* (2010). Adicionalmente o acesso a novos métodos de ensino, novos conhecimentos e o crescimento pessoal e profissional foram também aspetos referidos, corroborando novamente o estudo de King *et al.* (2010) assim como de Vale *et al.* (2018).

Relativamente aos impactos produzidos no país e região de acolhimento, a literatura refere que a internacionalização do ensino superior produz tanto impactos a nível individual, como institucional e global (Bedenlier & Zawacki-Richter, 2015). Em todas as entrevistas realizadas apenas foi mencionado pelos atores os impactos positivos a nível do comércio, restauração, alojamento e turismo local, não sendo possível concluir acerca dos restantes.

Por fim, os impactos sentidos na mobilidade académica foram estudados por Huják (2015), tendo este demonstrado que o aumento na intensidade da mobilidade de crédito, isto é, estudantes que se deslocam para o exterior durante um período determinado de tempo e recebem os créditos correspondentes, leva ao aumento do número de alunos envolvidos em mobilidade de período integral. Através dos dados recolhidos é possível corroborar o autor, dado a maioria dos IP's ter referido que os estudantes tendem a permanecer ou regressar à instituição que os acolheu durante o período de mobilidade para realizarem um novo semestre ou até mesmo terminarem o seu ciclo de estudos. Adicionalmente os atores entrevistados mencionaram também que, atualmente, o número de estudantes que realizam período integral de estudos é superior ao número de estudantes em mobilidade de créditos, sendo estes primeiros originários, principalmente, de países relacionados historicamente com Portugal, nomeadamente os PALOP e o Brasil.

4.2.4. Desafios e riscos da internacionalização

Ao longo da última década, vários autores abordaram os desafios da internacionalização do ensino superior nos seus estudos (Guerreiro, 2015; Schawald, 2012; Levin, 2008; de Haan, 2014; Vale *et al.*, 2018; Andrade e Costa, 2014; Albien e Mashatola,

2021), no entanto constatou-se que, contrariamente às estratégias e motivações, não existe um consenso entre estes. Deste modo, o tema relativo aos desafios enfrentados pelas instituições e estudantes ao longo do processo de internacionalização é bastante amplo, tendo tal também sido observado nas entrevistas realizadas aos seis IP's.

Assim, os desafios identificados pelos diversos atores foram distintos, não tendo sido possível identificar qualquer padrão de resposta. De acordo com o Ator 1, os principais desafios são a resposta às mudanças do meio envolvente, nomeadamente a digitalização, e a aprendizagem de uma língua estrangeira por parte do corpo docente. Estes foram obstáculos mencionados por Schawald (2012) e Levin (2008) nas suas pesquisas. Já os atores 2 e 3 consideram que a dificuldade mais significativa se relaciona com a integração dos estudantes estrangeiros, nomeadamente ao nível das diferenças culturais, procura de alojamento e adaptação a um novo idioma, desafio também identificado por Albien e Mashatola (2021). Por outro lado, o ator 4 mencionou a adaptação à constante mudança do meio envolvente e a integração dos estudantes internacionais por não dominarem a língua portuguesa como os principais desafios. O ator 5 foi o que referiu mais desafios associados a este processo, todos bastante distintos e pouco ou nada abordados na literatura existente. Deste modo, o respondente mencionou dificuldades como a generalização do uso do inglês em detrimento das línguas nacionais, o aumento de fornecedores de educação de baixa qualidade num mercado mais globalizado, a homogeneização do curriculum, o elitismo no acesso à educação, a mercantilização de programas e a fuga de cérebros. O último desafio mencionado (fuga de cérebros) foi estudado por Spring (2009) e Ramos (2014), apresentando uma barreira tanto para a instituição como para o próprio país de origem dos estudantes estrangeiros. Por fim, apenas o ator 6 mencionou a falta de financiamento como uma das principais barreiras à internacionalização, desafio também elencado por Guerreiro (2015) e Levin (2008) nas suas pesquisas.

5. Conclusão

A internacionalização do ensino superior tem sido um dos temas mais significativos da atualidade, tornando-se um processo essencial para que as instituições consigam competir e atrair estudantes (Velooso & Fernandes, 2017). Apesar de este ser um tema relevante nos dias de hoje, ainda existe uma escassez de estudos acerca do mesmo, em particular focados exclusivamente nos Institutos Politécnicos. Por este motivo, a presente dissertação centrou-se na análise da internacionalização das Instituições de Ensino Superior, com especial enfoque nos IP Portugueses, procurando identificar as principais estratégias, motivações e desafios subjacentes a este processo. Adicionalmente, e dada a localização geográfica dos mesmos, é também pertinente medir os impactos que a receção de estudantes estrangeiros possui no meio envolvente local. Através da utilização de metodologia qualitativa, nomeadamente entrevistas, foi possível extrair dados relevantes acerca das temáticas em análise.

Por forma a dar resposta aos objetivos inicialmente definidos e que se concretizaram na questão de investigação principal “Quais as principais estratégias utilizadas e motivações e desafios identificados pelos Institutos Politécnicos Portugueses na internacionalização das suas atividades?” e na questão derivada “Do processo de mobilidade internacional advêm benefícios para os Institutos Politécnicos Portugueses e são sentidos impactos positivos no meio envolvente?”, foram conduzidas seis entrevistas a presidentes/responsáveis dos departamentos de mobilidade internacional dos IP’s de Beja, Castelo Branco, Leiria, Santarém, Tomar e Viseu.

Tendo por base a questão de investigação principal, e após a análise de todos os dados recolhidos nas entrevistas, foi possível retirar conclusões acerca das estratégias, motivações e desafios da internacionalização das atividades dos Institutos Politécnicos. Relativamente às estratégias, é visível a vasta extensão de literatura acerca da temática (Knight & De Wit, 1995; Siufi, 2009; Gao *et al.*, 2015; Guerreiro, 2015; Vieira *et al.*, 2014; Stafford & Taylor, 2016; Garrett, 2005; Yesufu, 2018; Chang & Ling, 2018), tendo também sido demonstrado nas entrevistas as inúmeras estratégias existentes e adotadas pelos IP’s atualmente. Assim, foi possível concluir que, para todos os respondentes, a internacionalização das atividades constitui uma prioridade e é parte integrante da missão e visão do Instituto. Adicionalmente, as principais estratégias adotadas são a captação de estudantes estrangeiros, o desenvolvimento de ações de cooperação e de projetos de

investigação internacionais e a criação de parcerias e de programas duplos de formação. Todas estas estratégias demonstram a importância da criação de Institutos cada vez mais dinâmicos e internacionais, que procuram novos conhecimentos e diversidade cultural.

Quanto às principais motivações e de acordo com o apresentado na literatura (Altbach & Knight, 2007), também os respondentes identificaram razões económicas, académicas, sociais e/ou políticas subjacentes ao processo de internacionalização. Apesar da grande importância demonstrada na literatura, as motivações económicas foram consideradas as menos relevantes, tendo, no entanto, sido mencionado por cinco IP's a obtenção de receita através da internacionalização. Contrariamente, as razões académicas e sociais foram aspetos valorizados por todos os respondentes, sendo a criação de parcerias, a melhoria da qualidade académica, o aumento de visibilidade, e o aumento do número de candidatos (anualmente) as razões mais elencadas. Já as razões política, como a aquisição de prestígio internacional, não foram transversais, não corroborando os estudos existentes (Magne, 2014 e Prickarts, 2017). Por fim, e relativamente aos desafios e barreiras, a investigação de Haan (2014) é corroborada, uma vez existir dificuldade em implementar estratégias de internacionalização alinhadas aos objetivos individuais de cada Instituto.

No que concerne aos restantes desafios elencados pelos IP's, não foi possível identificar um padrão de resposta, dado todos estes terem mencionado desafios distintos. No entanto, algumas das barreiras referidas são a resposta às mudanças do meio envolvente, integração dos estudantes estrangeiros, falta de financiamento e apoio e aprendizagem de uma língua nova, tanto por parte dos docentes portugueses como dos estudantes que se deslocam para o país.

Num nível secundário avaliou-se igualmente os impactos do processo de internacionalização na Instituição e na região envolvente. Com base nos dados recolhidos através das seis entrevistas, conclui-se que este processo tem efeitos benéficos para os Institutos Politécnicos, corroborando a literatura existente (Vale *et al.*, 2018; Riaño *et al.*, 2018; Biene *et al.*, 2014; Bedenlier & Zawacki-Richter, 2015). Deste modo, os principais impactos favoráveis elencados pelos respondentes relacionam-se com as oportunidades de estabelecimento de redes e parcerias com instituições estrangeiras, desenvolvimento de projetos internacionais e obtenção de receitas.

Para a região de acolhimento dos estudantes e apesar da literatura ser bastante vasta acerca deste tema, os IP's apenas mencionaram os impactos positivos ao nível do comércio,

mercado imobiliário, turismo e restauração. Adicionalmente, e como estudado por Huják (2015), os dados recolhidos nas entrevistas demonstraram que os estudantes tendem a permanecer ou regressar à instituição que os acolheu durante o período de mobilidade para realizarem um novo semestre ou até mesmo terminarem o seu ciclo de estudos, comprovando que o aumento na intensidade da mobilidade de crédito leva ao aumento do número de alunos envolvidos em mobilidade de período integral.

Apesar dos contributos do presente estudo para a literatura, este apresenta também algumas limitações face aos objetivos inicialmente definidos. Primeiramente, e dada a escolha metodológica da investigação, não foi possível obter o contributo de todos os quinze Institutos Politécnicos Portugueses contactados, repercutindo-se numa maior limitação de dados para posterior análise. Adicionalmente, e apesar da elaboração prévia de um guião, nem sempre foi possível cobrir todas as questões previstas na entrevista, dada a limitação do tempo disponível do respondente. Seguidamente, é também visível a escassez de literatura recente acerca da internacionalização do ensino superior em geral, sendo este um tema que contempla poucos desenvolvimentos “ano-a-ano”, e em particular sobre o caso das IES portuguesas.

Por fim, a internacionalização dos Institutos Politécnicos Portugueses estudada na presente dissertação contribui para a literatura existente sobre a temática, nomeadamente ao nível das estratégias, motivações e desafios que este processo apresenta e também nos impactos positivos sentidos. No entanto, e tendo em consideração que se trata de um estudo exploratório, surgem novas questões ao longo do desenvolvimento do mesmo. Por este motivo é pertinente aprofundar determinados aspetos que poderão constituir possíveis investigações futuras, tais como:

- (i) comparar as estratégias da internacionalização adotadas por instituições do ensino superior universitário e do ensino superior politécnico, bem como mensurar os efeitos das mesmas;

- (ii) avaliar de forma mais aprofundada o impacto financeiro da receção de estudantes internacionais na região de acolhimento, bem como efetuar uma análise comparativa entre regiões;

- (iii) estudar o modo como a internacionalização do ensino superior impacta os estudantes, nomeadamente ao nível de oportunidades profissionais, desenvolvimento de carreiras e tipo de trabalho realizado.

Referências Bibliográficas

- Albien, A. J. (2019). In search of addressing people's career adaptability and career identity needs: Constructing the Shaping Career Voices Intervention. In J. G. Maree (Ed.). *Handbook of innovative career counselling* (pp. 269-288). Cham: Springer.
- Albien, A. J., & Mashatola, N. J. (2021). A systematic review and conceptual model of international student mobility decision-making. *Social Inclusion*, 9(1), 288-298.
- Altbach, P. G. (2006). Globalization and the university: Realities in an unequal world. In *International handbook of higher education* (pp. 121-140). Dordrecht: Springer.
- Altbach, P. G., & Knight, J. (2007). The internationalization of higher education: Motivations and realities. *Journal of studies in international education*, 11(3-4), 290-305.
- Alves, D. R., & Castilhos, D. S. (2015). A evolução da Universidade Portuguesa: da sua origem ao século XVIII. *Papers in International Meetings*.
- Alves, J., Carvalho, L., Carvalho, R., Correia, F., Cunha, J., Farinha, L., ... & Silva, J. (2015). The impact of polytechnic institutes on the local economy. *Tertiary Education and Management*, 21(2), 81-98.
- Andrade, C., & Costa, L. (2014). Internacionalização das instituições de ensino superior: Premissas e impactos nos estudantes em mobilidade. *DEDiCA Revista de Educação e Humanidades (dreh)*, (5), 43-58.
- Arum, S., & Van de Water, J. (1992). The need for a definition of international education in US universities. In C. B. Klasek, et al. (Ed.). *Bridges to the future: Strategies for internationalizing higher education* (pp. 191-203). Illinois: Association of International Education Administrators.
- Baptista, C. S., & Sousa, M. J. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha*. Pactor Edições. Lisboa: Lidel.
- Bedenlier, S., & Zawacki-Richter, O. (2015). Internationalization of higher education and the impacts on academic faculty members. *Research in Comparative and International Education*, 10(2), 185-201.
- Beine, M., Noël, R., & Ragot, L. (2014). Determinants of the international mobility of students. *Economics of Education review*, 41, 40-54.

- Beelen, J., & Jones, E. (2015). Redefining internationalization at home. In *The European higher education area* (pp. 59-72). Springer, Cham.
- Boucher, G., Conway, C. & Van der Meer, E. (2003). Tiers of Engagement by Universities in their Region's Development. *Regional Studies* 37, 887-897.
- Brandenburg, U., & De Wit, H. (2011). The end of internationalization. *International higher education*, (62), 15-17.
- Brinkmann, S., & Kvale, S. (2015). *Interviews: Learning the craft of qualitative research interviewing (Vol. 3)*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Brustein, W. I. (2007). The global campus: Challenges and opportunities for higher education in North America. *Journal of studies in international education*, 11(3-4), 382-391.
- Catroga, M. D. C. R. (2010). *A internacionalização do Ensino Superior Politécnico Português*. Lisboa. Universidade Técnica de Lisboa. Tese de doutoramento em Relações Internacionais.
- Carmo, H. & Ferreira, M. M. (2015). *Metodologia da Investigação: Guia Para Autoaprendizagem (3ª ed.)*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Chan, W. W., & Dimmock, C. (2008). The internationalization of universities: Globalist, internationalist and translocalist models. *Journal of research in international education*, 7(2), 184-204.
- Chang, D. F., & Lin, N. J. (2018). Applying CIPO indicators to examine internationalization in higher education institutions in Taiwan. *International Journal of Educational Development*, 63, 20-28.
- Coelho, M., & Ribeiro, M. D. C. A. (2018). Internationalization strategies in Portuguese Higher Education Institutions—time to move on and to move beyond. *EPiC Series in Language and Linguistics*, 3, 33-39.
- Corbin, J., & Morse, J. M. (2003). The unstructured interactive interview: Issues of reciprocity and risks when dealing with sensitive topics. *Qualitative inquiry*, 9(3), 335-354.
- Creswell, J. W. (2018). *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*. SAGE Publications.
- Cruz, M. B. D., & Cruzeiro, M. E. (1995). *O desenvolvimento do ensino superior em Portugal. Situação e problemas de acesso*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

- Cunha, A., & Santos, Y. (2017). *Erasmus' 30. A história do programa e a participação dos estudantes portugueses*. Lisboa: Letras Errantes/Bookbuilders.
- Decreto-Lei nº402/73, 11 de agosto – Estabelecimentos de ensino superior
- De Haan, H. H. (2014). Where is the gap between internationalisation strategic planning and its implementation? A study of 16 Dutch universities' internationalisation plans. *Tertiary Education and Management*, 20(2), 135-150.
- De Jong, H., & Teekens, H. (2003). The case of the University of Twente: Internationalisation as education policy. *Journal of Studies in International Education*, 7(1), 41-51.
- De Wit, H. & Knight, J. (1999). *Quality and internationalisation in higher education*. Paris, Organisation for Economic Co-operation and Development.
- De Wit, H. (2002). *Internationalization of higher education in the United States of America and Europe: A historical, comparative, and conceptual analysis*. Greenwood Publishing Group.
- De Wit, H. (2011). Internationalization misconceptions. *International Higher Education*, (64).
- De Wit, H., Hunter, F., Egron-Polak, E., & Howard, L. (2015). *Internationalisation of higher education: A study for the European parliament*. Brussels: European Parliament Policy Department B: Structural and Cohesion Policies.
- De Wit, H. (2020). Internationalization of higher education: The need for a more ethical and qualitative approach. *Journal of International Students*, 10(1), i-iv.
- Ferreira, J. B., Machado, M. L., & Santiago, R. (2008). The Polytechnic higher education sector in Portugal. In *Non-university higher education in Europe* (pp. 191-214). Springer, Dordrecht.
- Findlay, A. M. (2011). An assessment of supply and demand-side theorizations of international student mobility. *International Migration*, 49(2), 162-190.
- Findlay, A., King, R., Findlay, A. M., Ahrens, J., & Dunne, M. (2012). World class? An investigation of globalisation, difference and international student mobility. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 37, 118–131.
- Forest, J. J., & Altbach, P. G. (Eds.). (2006). *International handbook of higher education* (Vol. 1). Dordrecht: Springer.

- França, T., Alves, E., & Padilla, B. (2018). Portuguese policies fostering international student mobility: a colonial legacy or a new strategy?. *Globalisation, Societies and Education*, 16(3), 325-338.
- Friesen, R. (2013). Faculty member engagement in Canadian university internationalization: A consideration of understanding, motivations and rationales. *Journal of Studies in International Education*, 17(3), 209-227.
- Gao, Y., Baik, C., & Arkoudis, S. (2015). Internationalization of higher education. In J. Huisman, H. F. de Boer, & M. Souto-Otero. *The Palgrave international handbook of higher education policy and governance* (pp. 300-320). London: Palgrave Macmillan.
- Garrett, R. (2005). The rise and fall of transnational higher education in Singapore. *International Higher Education*, (39), 9-10.
- Grácio, S. (1998). *Ensinos técnicos e política em Portugal: 1910-1990*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Green, M. F. (2012). Measuring and assessing internationalization. *NAFSA: Association of International Educators*, 1, 1-26.
- Guerreiro, C. M. P. D. S. (2015). *A internacionalização do ensino superior português as razões, as estratégias e os desafios*. Porto. Instituto Politécnico do Porto. Dissertação de mestrado em Gestão e Internacionalização de Empresas.
- Harrison, N. (2015). Practice, problems and power in 'internationalisation at home': Critical reflections on recent research evidence. *Teaching in Higher Education*, 20(4), 412-430.
- Hénard, F., Diamond, L., & Roseveare, D. (2012). *Approaches to Internationalisation and Their Implications for Strategic Management and Institutional Practice: A Guide for Higher Education Institutions*. OECD's Higher Education Programme.
- Ho, H. W. L. (2017). International students' perceptions of services and supports provided: A case Study of a mid-sized university in the USA. *International Journal of Technology and Educational Marketing (IJTEM)*, 7(1), 1-14.
- Horta, H. (2009). Global and national prominent universities: internationalization, competitiveness and the role of the State. *Higher Education*, 58(3), 387-405.
- Hou, C., & Du, D. (2020). The changing patterns of international student mobility: A network perspective. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 48(1), 248-272.

- Hudzik, J. K., & Stohl, M. (2009). Modelling assessment of the outcomes and impacts of internationalisation. *Measuring success in the internationalisation of higher education*, 22, 9-21.
- Huják, J. (2015). The real benefit of an exchange programme: Moving from credit mobility to degree mobility. In *Central European Higher Education Cooperation Conference Proceedings*.
- Jibeen, T., & Khan, M. A. (2015). Internationalization of higher education: Potential benefits and costs. *International Journal of Evaluation and Research in Education*, 4(4), 196-199.
- King, R., Findlay, A., & Ahrens, J. (2010). *International student mobility literature review*. Bristol: Higher Education Funding Council England.
- Knight, J. (1994). *Internationalization: Elements and Checkpoints*. CBIE Research No. 7. Canadian Bureau for International Education.
- Knight, J., & De Wit, H. (1995). Strategies for internationalisation of higher education: Historical and conceptual perspectives. *Strategies for internationalisation of higher education: A comparative study of Australia, Canada, Europe and the United States of America*, 5, 32.
- Knight, J., & De Wit, H. (1997). *Internationalisation of higher education in Asia Pacific countries*. European Association for International Education.
- Knight, J. (2002). Trade in higher education services: The implications of GATS. *The Observatory on borderless higher education*, 3, 1-25.
- Knight, J. (2004). Internationalization remodeled: Definition, approaches, and rationales. *Journal of studies in international education*, 8(1), 5-31.
- Knight, J. (2012). Student mobility and internationalization: Trends and tribulations. *Research in Comparative and International Education*, 7(1), 20-33.
- Lei nº5/73, de 25 de julho – Bases do sistema educativo
- Lei nº 46/86, de 14 de outubro – Lei de bases do sistema educativo
- Lei nº 54/90, de 5 de setembro – Estatuto e autonomia dos estabelecimentos de ensino superior politécnico
- Lei nº 62/2007, de 10 de setembro – Regime jurídico das instituições de ensino superior
- Lessard-Hebert, M., Goyette, G. & Boutin, G. (2012). *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*. 2ª Ed. Lisboa: Instituto Piaget.
- Levin, R. C. (2008). The internationalization of the university. Retrieved June, 26, 2008.

- Li, W., Lo, L., Lu, Y., Tan, Y., & Lu, Z. (2020). Intellectual migration: Considering China. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 47(12), 2833-2853.
- Magne, P. J. (2014). Internationalisation and curriculum development: why and how?. *Journal of Pedagogic Development* 3, 74-81.
- Morley, L., Alexiadou, N., Garaz, S., González-Monteagudo, J., & Taba, M. (2018). Internationalisation and migrant academics: the hidden narratives of mobility. *Higher Education*, 76(3), 537-554.
- Mourato, J. A. B. (2014). O ensino superior politécnico em Portugal—presente e Futuro. *Revista Forges*, 1(1), 109-143.
- Mourato, J. (2019). The benefits of internationalization in higher education. The experience in Portuguese Polytechnics. In *International Conference on Technics, Technologies and Education ICTTE 2019* (pp. 1-7).
- OCDE (1999). *Quality and Internationalization of Higher Education*. Disponível em <https://doi.org/10.1787/9789264173361-en>. Acedido em 13.11.2021
- OCDE (2004). *Internationalization and trade in higher education: opportunities and challenges*. Paris: OECD
- Oliveira, P., Alves, J., Bailôa, S., Basto, M., Cadima, R. A. C. D., Correia, F., ... & Vareiro, L. (2019). Polytechnic Institutes in Portugal: research on the impact of twelve institutes on the local economy. *EAIR 41st Annual Forum in Leiden*, 1-12.
- Perez-Encinas, A., Rodriguez-Pomeda, J., & De Wit, H. (2021). Factors influencing student mobility: a comparative European study. *Studies in Higher Education*, 46(12), 2528-2541.
- Pipia, E. (2017). The Impact of Globalization and Internationalization on Education in Georgia. *European Journal of Education Studies*, 3(5), 16-21.
- Prickarts, B. (2017). Shifting borders: a case study of internationalisation of education within a Dutch school group in Amsterdam. *Journal of Research in International Education*, 16(2), 164-184.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2005). *Manual de investigação em Ciências Sociais* (4 ed.). Lisboa: Gradiva.

- Ramos, M. C. P. (2014). Mobility, Internationalisation, Higher Education: European Challenges. In A. Dima (Ed.). *Trends in European Higher Education Convergence* (pp. 44-61). IGI Global, Hershey, PA, USA.
- Riaño, Y., Van Mol, C., & Raghuram, P. (2018). New directions in studying policies of international student mobility and migration. *Globalisation, Societies and Education*, 16(3), 283-294.
- Robson, S. (2011). Internationalization: A transformative agenda for higher education?. *Teachers and teaching*, 17(6), 619-630.
- Schwald, R. (2012). Toward a new practice of internationalization: A case study on a short-term study abroad program at European institutions of higher education. *Rev. Eur. Stud.*, 4(2), 44-55.
- Scott, P. (2000). Globalisation and higher education: Challenges for the 21st century. *Journal of studies in International Education*, 4(1), 3-10.
- Sharipov, F. (2020). Internationalization of higher education: definition and description. *Mental Enlightenment Scientific-Methodological Journal*, 2020(1), 127-138.
- Siufi, G. (2009). Cooperación internacional e internacionalización de la educación superior. *Educación superior y sociedad*, 14(1), 120-145.
- Spring, J. (2009). *Globalization of Education: An Introduction*. New York: Routledge Chapman & Hall.
- Stafford, S., & Taylor, J. (2016). Transnational education as an internationalisation strategy: meeting the institutional management challenges. *Journal of higher education policy and management*, 38(6), 625-636.
- Stoer, S. R. (1983). A reforma de Veiga Simão no ensino: projecto de desenvolvimento social ou «disfarce humanista»? *Análise social*, 19(77/79), 793-822.
- Tan, W. C. K. (2017). *Research methods: A practical guide for students and researchers*. World Scientific Publishing Company.
- Teichler, U. (2009, March). Internationalisation of higher education: European experiences. *Asia Pacific education review*, 10(1), 93-106.

- Teichler, U. (2004). The changing debate on internationalisation of higher education. *Higher education*, 48(1), 5-26.
- UNESCO. (2011). Focus on secondary education. In *Global Education Digest 2011*.
- Urbano C. (2008). O Ensino Politécnico – (Re)definição e (re)posicionamento no panorama da formação superior em Portugal. *VI Congresso Português de Sociologia – Mundos Sociais: Saberes e Práticas, Lisboa, Portugal*, Lisboa, Portugal.
- Vale, M., Cachinho, H., & Morgado Sousa, P. (2018). A internacionalização do Ensino Superior português no âmbito do Erasmus: 2014-2016. *Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação*.
- Varghese, N. V. (2008). *Globalization of higher education and cross-border student mobility* (pp. 1-34). Paris: Unesco, International Institute for Educational Planning.
- Veloso, C. M., & Fernandes, P. O. (2017). Internationalization of higher education institutions: the case study of the Polytechnic Institute of Bragança. *Turkish Online Journal of Educational Technology*, 2017, 260-267.
- Vieira, D., Costa, P., Cunha, L., Lemos, J., Ferreira, S., & Metello, L. F. (2014). O uso de Ferramentas Tecnológicas no Ensino Superior Moderno: abordagem integrada e perspectivas de aplicação em caso prático. *Xornada de Innovación Educativa 2013*, 83-93.
- Woodfield, S. (2012). Key Trends and Emergind Issues in International Student Mobility (ISM). In F. Maringe, & N. Foskett, *Globalization and Internalization in Higher Education* (pp. 109-122). London: Continuum International Publishin Group.
- Yesufu, L. O. (2018). Motives and Measures of Higher Education Internationalisation: A Case Study of a Canadian University. *International Journal of Higher Education*, 7(2), 155-168.
- Zen, I. S. (2017). Exploring the living learning laboratory: an approach to strengthen campus sustainability initiatives by using sustainability science approach. *International Journal of Sustainability in Higher Education* 18(6), 939-955.

6. Anexos

6.1. Anexo 1 – Distribuição dos IP's e Universidades em Portugal

Figura 5: Distribuição de Institutos Politécnicos em Portugal.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do CCISP.

Figura 6: Instituições do Ensino Superior Politécnico Português.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do CCISP.

6.2. Anexo 2 – Guião das Entrevistas

1. Políticas e estratégias de internacionalização

- 1.1. Considera a internacionalização do Instituto Politécnico uma prioridade?
- 1.2. Na sua perspetiva, quais as principais razões para a aposta no processo de internacionalização?
- 1.3. O Instituto Politécnico tem uma política definida ou um plano estratégico para a internacionalização?
- 1.4. Quais as principais estratégias adotadas pelo Instituto para captar alunos estrangeiros?
- 1.5. Quais os fatores de destaque face a outros Institutos?

2. Motivações

- 2.1. Na sua opinião, o que motiva a instituição a internacionalizar-se? As motivações são mais económicas, académicas, sociais e/ou políticas?
- 2.2. E o que considera que motiva os estudantes a escolherem Portugal? E o Instituto Politécnico?

3. Benefícios para as instituições e impacto no meio envolvente

- 3.1. Considera que existem benefícios decorrentes da promoção e investimento na internacionalização? Quais são, para si, os principais benefícios da internacionalização do ensino para a instituição?
- 3.2. E para os estudantes?
- 3.3. Na sua opinião, este processo produz impactos na região em que o IP se insere? Quais considera os principais impactos?
- 3.4. Após o período de mobilidade os estudantes estrangeiros ficam em Portugal ou tendem a voltar para o nosso país para trabalhar?

4. Desafios e riscos identificados

4.1. Quais são, na sua opinião, os principais desafios enfrentados pelo Instituto neste processo? E pelos estudantes?

5. Áreas mais internacionalizadas e principais países de origem dos estudantes estrangeiros

5.1. Quais as áreas mais abrangidas pela internacionalização do Instituto? E os cursos?

5.2. Quais os principais países de origem dos estudantes estrangeiros?

5.3. Considera que existe um maior número de estudantes estrangeiros oriundos de países culturalmente e fisicamente próximos a Portugal? O que os terá motivado a vir?

5.4. A mobilidade realizada pelos estudantes é maioritariamente de curto prazo (por exemplo, Erasmus) ou também existe um número considerável de alunos a realizarem mobilidade de período integral?

5.5. Alunos que realizem mobilidade durante a licenciatura tendem a permanecer ou regressar para fazer o mestrado?